

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE  
EMPRESAS  
CURSO DE MESTRADO EM GESTÃO EMPRESARIAL**

**A DINÂMICA EXECUÇÃO DO ESTÁGIO  
SUPERVISIONADO DE ADMINISTRAÇÃO NO  
MARANHÃO**

**CÉLIO DE OLIVEIRA GAMA  
2010**

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS  
CURSO DE MESTRADO EM GESTÃO EMPRESARIAL**

**A DINÂMICA EXECUÇÃO DO ESTÁGIO  
SUPERVISIONADO DE ADMINISTRAÇÃO NO MARANHÃO**

Dissertação de Mestrado Apresentada por  
**CÉLIO DE OLIVEIRA GAMA**

Aprovado em 18 / 10 / 2010  
Pela Comissão Examinadora

---

**Prof. Dr. ANTONIO ARAÚJO DE FREITAS JUNIOR (orientador)**  
Doutor em Administração – FGV/EBAPE

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. DEBORAH MORAES ZOUAIN**  
FGV/EBAPE

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. ISABEL DE SÁ AFFONSO DA COSTA**  
FGV/EBAPE

## RESUMO

O presente estudo descreve a execução do Estágio Curricular Obrigatório dos Cursos de Administração no Maranhão relacionado ao que estabelece a Lei nº 11.788/08. Aponta-se o modelo gerencial e a percepção do aluno sobre a prática do estágio que vem sendo aplicado. Evidencia-se a organização curricular dos cursos de administração no Maranhão e sua carga horária conforme o contexto local, considerando as Diretrizes, Resoluções e Leis que regem o Curso de Administração bacharelado, estabelecendo uma análise de resultados voltada para percepção do aluno sobre a execução do Estágio. A partir da descrição da atual situação, poderemos chamar a atenção para uma visão mais ampla no processo de execução do Estágio, pois o curso como um todo precisa estar coerente com as Diretrizes e com as leis que regem o ensino superior, fato considerado como ponto crucial para aprovação e reconhecimento do Projeto de cada curso ofertado no país.

**Palavras-chave:** Estágio, Instituição de Ensino Superior, Curso de Administração, execução.

## ABSTRACT

The present study describes the execution of the Mandatory Traineeship Curricular of the Courses of Administration in Maranhão to which 11.788/08 establish the Law nº. The model and the management perception is pointed on the practice of the traineeship that is applied. Highlights the curriculum organization of courses of administration in Maranhão and its load hourly according to the local context, whereas the Guidelines, resolutions and laws governing the Course of Administration bachelor, establishing an analysis of results looking for the perception of students on the implementation of the Mandatory Traineeship. From the description of the current situation, we can draw attention to a wider vision in the process of implementation of the Mandatory Traineeship, because the course as a whole needs to be consistent with the Guidelines and with the laws governing the higher education, fact considered breakpoint for approval and recognition of the Project of each course offered in the country.

**Keywords:** Training, Education Institution, Course Directors, execution.

## AGRADECIMENTOS

À minha mulher **Margareth Rouse**, pelo apoio, compreensão e amor desprendidos em cada momento desta jornada.

Aos meus filhos **Graziella e Gabriel** que me encorajaram me dando um objetivo forte para prosseguir.

À minha mãe **Carmozina**, por me dar a vida e me ensinar a vivê-la com dedicação.

À minha mãe adotiva **Yole**, por me ensinar a viver a vida com dignidade.

Aos meus irmãos e irmãs, sobrinhos e sobrinhas pelo apoio moral e material.

Ao meu orientador acadêmico, o Prof. Dr. **Antonio Freitas Junior**, pela segurança e apoio, possibilitando-me a oportunidade de estruturar as idéias contribuindo de forma relevante na estruturação do presente trabalho.

A Profª. **Deborah Moraes Zouain**, Coordenadora do Curso de Pós-graduação da Fundação Getulio Vargas, por sua paciência e orientação.

A todos os professore(a)s da EBAPE/FGV, **Francisco Barone, Fátima Bayma, Paulo Figueiredo, Paulo Emílio, Ricardo Cardoso, Ricardo Sarmento, Valderéz Fraga, Moisés Balassiano, Sylvia Vergara, Hermano Thiry, Eduardo Ayrosa, Rogério Sobreira**, pela valiosa contribuição com as aulas ministradas e por participarem da minha formação acadêmica e profissional.

A todos os meus colegas do mestrado FGV e, em especial, aos amigos Ana Cristina, Ivaldo, Lucena, por seu apoio moral, incentivo e contribuição na realização do presente trabalho.

Aos funcionários da EBAPE/FGV, em especial ao **José Sampaio e Joarez de Oliveira** pelo apoio e presteza no atendimento às minhas solicitações.

Ao secretário do MINTER em São Luis, **Jorge Melo**, pela colaboração e pronto atendimento nos nossos requerimentos.

A todos aqueles que de alguma forma, direta ou indireta, contribuíram e participaram da realização deste trabalho.

**LISTA DE QUADROS**

	Pág.
Quadro 5.1 Expansão do ensino de Administração.....	20
Quadro 7.1 Primeiros cursos no Maranhão.....	27

## LISTA DE TABELAS

	Pág.
Tabela 8.1 – Número de IES no Brasil, Nordeste e Maranhão.....	31
Tabela 8.2 – Instituições de Ensino Superior com curso de Administração no Maranhão.....	33
Tabela 9.1 – Carga horária do curso de Administração na IES.....	39
Tabela 11.1 – Demonstração percentual de como o órgão cedente do estágio contribui.....	55
Tabela 11.2 – Como o órgão cedente do estágio contribui.....	57

## LISTA DE GRÁFICOS

	Pág.
Gráfico 8.1 – Crescimento do número de IES no Brasil, Nordeste e Maranhão.....	32
Gráfico 11.1 – IES Estágio é importante para a formação.....	44
Gráfico 11.2 – IES tem regulamento de Estágio.....	45
Gráfico 11.3 – Tem conhecimento sobre os termos de compromisso.....	46
Gráfico 11.4 – Aluno conhece a lei do Estágio.....	46
Gráfico 11.5 – A lei beneficia o aluno.....	47
Gráfico 11.6 – Considera sua IES cumpridora do Estágio.....	48
Gráfico 11.7 – Lei do Estágio é seguida a rigor.....	49
Gráfico 11.8 – Execução do estágio diverge da Lei.....	50
Gráfico 11.9 – Período de início do estágio supervisionado.....	51
Gráfico 11.10 – Discussão sobre a lei do estágio.....	52
Gráfico 11.11 – Lei do estágio que o aluno conhece.....	52
Gráfico 11.12 – Lei cumprida por todos.....	53
Gráfico 11.13 – Lei cumprida em parte ou não, quem descumpre.....	54
Gráfico 11.14 – Como o órgão cedente do estágio contribui.....	55
Gráfico 11.15 – Sugestão do aluno para melhorar o estágio.....	56



## LISTA DE SIGLAS

IES.....	Instituição de Ensino Superior
DASP.....	Departamento Administrativo do Serviço Público
MEC.....	Ministério da Educação e Cultura
ENAP.....	Escola Nacional de Administração Pública
FGV.....	Fundação Getulio Vargas
EBAP.....	Escola Brasileira de Administração Pública
ONU.....	Organização das Nações Unidas
EAESP.....	Escola de Administração de Empresas de São Paulo
FEA.....	Faculdade de Economia e Administração
CFA.....	Conselho Federal de Administração
ANGRAD.....	Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração
LDB.....	Lei de Diretrizes e Bases
DCN.....	Diretrizes Curriculares Nacionais
IEL.....	Instituto Euvaldo Lodi
UEMA.....	Universidade Estadual do Maranhão
UNIBALSAS.....	Faculdade de Balsas
FAP.....	Faculdade do Baixo Parnaíba
FSJ.....	Faculdade São José
FAI.....	Faculdade do Vale do Itapecurú
FAESF.....	Faculdade de Educação São Francisco
FACEMA.....	Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão
UNDB.....	Unidade de Ensino Superior Dom Bosco
UNICEUMA.....	Centro Universitário do Maranhão
FAMA SÃO LUIS.....	Faculdade Atenas Maranhense de São Luis
FAMA IMPERATRIZ.....	Faculdade Atenas Maranhense de Imperatriz
FACAM.....	Faculdade Cândido Mendes do Maranhão
UFMA.....	Universidade Federal do Maranhão
FEBAC.....	Faculdade de Educação de Bacabal
FACSÃO LUIS.....	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
UNISULMA.....	Unidade de Ensino do Sul do Maranhão
CEST.....	Faculdade Santa Terezinha
PITÁGORAS.....	Faculdade Pitágoras de São Luis
FACIMP.....	Faculdade de Imperatriz

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. OBJETIVOS.....</b>	<b>12</b>
<b>3. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....</b>	<b>13</b>
<b>4. RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....</b>	<b>13</b>
<b>5. O ENSINO SUPERIOR E CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL.....</b>	<b>14</b>
5.1. As primeiras escolas de Administração no Brasil.....	17
5.2. Formação das primeiras turmas de Administração.....	19
<b>6. DIRETRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO.....</b>	<b>21</b>
6.1. O Projeto Pedagógico do Curso de Administração.....	23
<b>7. O ENSINO SUPERIOR NO MARANHÃO.....</b>	<b>25</b>
7.1. Breve caracterização do Estado do Maranhão.....	25
7.2. Primeiras Instituições do Maranhão.....	26
<b>8. INSTITUIÇÕES E CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO MARANHÃO.....</b>	<b>29</b>
8.1. Crescimento do número de instituições no Brasil, Nordeste e Maranhão.....	31
8.2. Instituições que ofertam cursos de Administração no Maranhão.....	32
<b>9. LEGISLAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR.....</b>	<b>34</b>
9.1. O estágio e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.....	34
9.2. A Lei nº 11.788/08 e o estágio dos cursos de Administração.....	35
<b>10. METODOLOGIA.....</b>	<b>42</b>
<b>11. ANÁLISE DO ESTUDO.....</b>	<b>43</b>
<b>12. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>

**REFERÊNCIAS**

**APÊNDICES**

**ANEXOS**

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo descrever a trajetória da execução do Estágio dos cursos Administração na perspectiva dos alunos das instituições de ensino públicas e privadas no Estado do Maranhão. Sabe-se que o Estágio é um requisito curricular que precisa ser cumprido, e que os gestores de cursos de Administração e de Instituições de Ensino Superior precisam despertar para o real significado do Estágio para a construção de um profissional de administração completo e preparado para a realidade mercadológica.

Sabemos que a administração é hoje a profissão mais freqüente no Brasil, correspondendo a aproximadamente 18% dos formandos. Com este crescimento estamos caminhando para o modelo administrativo de países desenvolvidos como os Estados Unidos, que resolveu o problema da miséria e da estagnação econômica na forma de administrar, procurando moldar o profissional conforme o perfil previsto.

Num estudo mais aprofundado sobre a execução do Estágio nos Cursos de Administração em várias Instituições de Ensino Superior do Maranhão, pode-se constatar, como a gestão do estágio funciona, suas características e quais pontos fortes e fracos são apresentados na oferta do Estágio no sentido de atender na íntegra o Projeto Pedagógico do Curso.

Várias medidas em forma de lei, resolução ou portaria, são tomadas no sentido de promover uma melhor adequação da organização curricular dos cursos de Administração, porém, uma questão ainda gera inquietações, será que o aluno visualiza a execução do estágio curricular acontecendo realmente como a Lei dos Estágios determina? .

Com a aprovação da nova lei dos Estágios a partir de 2008, ficou evidenciada uma flexibilização mais ampla na oferta deste requisito curricular. No entanto, nos cursos de Administração se tem percebido que tem aumentado com certa freqüência o número de alunos com falha experiência no tocante à execução do Estágio, ferindo de alguma forma, um ou outro dispositivo da legislação.

A partir da compreensão da legislação do ensino superior, o gerenciamento do Estágio Curricular Obrigatório no Curso de Administração passa a ser visto como processo de reconhecer, guiar e administrar emoções e reações humanas, de modo a contribuir com o aluno para a construção de seu caráter profissional.

Partindo do princípio de que a administração é uma arte, no sentido de profissão ou área de ação humana e toda arte depende de habilidades, o desempenho dos gestores depende de suas competências gerenciais, que incluem diversas habilidades.

As habilidades podem ser adquiridas ou aprimoradas por meio de experiências e o Estágio Curricular oferece essa oportunidade para quem está em processo de formação, o que torna esta prática indispensável. Nesta fase, algumas pessoas revelam talento excepcional como administradores, mesmo sem ter concluído todos os créditos para a formação acadêmica completa.

Diante deste quadro, resolve-se investigar as ações universitárias que podem indicar a execução, de fato, do Estágio curricular obrigatório apresentada na legislação vigente (lei nº 11.788/08) nos cursos de Administração do Maranhão.

Não é pretensão mudar de forma drástica o modelo de gestão do Estágio, mas de ampliar os horizontes institucionais no trato com a execução do Estágio Curricular Obrigatório e o respeito à legislação do estágio, assim, a partir desta pesquisa se revelará alternativas em forma de sugestão que poderão apontar melhorias na execução do estágio por parte dos envolvidos no acompanhamento e execução do requisito curricular.

Não se pretende aqui, levantar questões sobre o fracasso ou não do modelo de gerenciamento por parte dos gestores, nem de oferecer caminhos que os gestores terão que seguir como obrigação de mudar, apesar de se tratar de outras formas de adequação aos ditames legais e estruturais que garantam sólida formação profissional aos formandos de Administração.

A partir da análise dos resultados se apresenta a percepção dos alunos sobre a execução do estágio que vem sendo aplicado. Pois, a partir da descrição da atual situação, poderemos chamar a atenção para uma visão mais ampla no processo de execução do Estágio, pois o curso como um todo precisa estar coerente com as Diretrizes Curriculares e com as leis que regem o ensino superior, fato considerado como ponto crucial para aprovação e reconhecimento do Projeto de cada curso ofertado no país.

Dessa forma, espera-se contribuir com os alunos, docentes e gestores de modo geral, ampliando seus conhecimentos e visão de gestão em meio às estruturas legais e estruturais impostas por força de adequação e/ou atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais que podem gerar melhores resultados para que tenha um leque de opções no âmbito da execução do Estágio.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo final**

Descrever a execução do Estágio Supervisionado na percepção dos alunos dos Cursos de Administração do Maranhão relacionado ao que estabelece a Lei do Estágio.

### **2.2 Objetivos Intermediários**

Para atingir o objetivo final segue-se:

- Pesquisar as características gerenciais dos estágios nos Cursos;
- Estudar a legislação referente ao estágio;
- Apresentar a percepção do aluno no que tange à execução do Estágio.

## **3. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO**

Neste estudo se descreve a execução do Estágio Curricular Obrigatório na percepção dos alunos dos cursos de Administração nas Instituições de Ensino Superior do Maranhão, para isso, será pesquisada a característica de gestão do estágio de Administração na instituição para apontar suas debilidades e fortalezas, assim como sua aplicabilidade na atualidade.

O espaço geográfico nos impõe uma limitação, por não permitir que possamos percorrer o Estado por completo visitando todas as Instituições, assim como a permissão de acesso a documentos que a Instituição de Ensino Superior possa disponibilizar podem se constituir ao mesmo tempo num fato delimitador da temática investigada.

A investigação se restringe em descrever os resultados da pesquisa realizada junto aos alunos nas Instituições, não envolvendo a criação de um novo modelo de gerenciamento, mas da aplicação da lei na execução correta do estágio, dentro dos padrões de legalidade exigidos pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC.

#### **4. RELEVÂNCIA DO ESTUDO**

Espera-se contribuir com os gestores de modo geral, ampliando sua visão de gestão em meio aos parâmetros legais e estruturais impostos por força das leis, resoluções ou portarias ministeriais que envolvem o ensino superior.

Em específica instância administrativa, envolve os gestores de cursos de Administração no sentido de gerar melhores resultados a partir da difusão da importância da legislação e seu impacto no cumprimento do Estágio como requisito curricular obrigatório.

Os resultados da pesquisa poderão servir como norteadores na tomada de decisão e ao mesmo tempo como modelo de uma transformação feita a partir da oferta eficiente do Estágio evitando que ocorram distorções em sua execução.

É esperado um impacto social a partir das relações com os Órgãos Cedentes de Estágio e com a credibilidade junto à sociedade como um todo. Impacto na cultura Institucional em que são adotados novos procedimentos gerenciais e de relação IES/ALUNO/IES, excluindo comportamentos paternalistas, e, impacto na forma de aplicar os dispositivos legais entrando em consonância com o MEC.

É relevante ainda, e principalmente para o aluno que terá à sua disposição uma estrutura sólida de execução do Estágio, integralizando os créditos correspondentes na forma que a lei nº 11.788/08 determina.

#### **5. O ENSINO SUPERIOR E CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL**

A história do ensino superior no Brasil tem um certo atraso, seu início remonta a partir do Brasil república quando, a partir da Constituição de 1891 o ensino superior passou a ser descentralizado da esfera federal. O ensino era pago em todas as instituições, públicas e privadas, todo o modelo seguia a orientação de formação de profissional liberal.

Apesar do ensino superior já ter se diversificado, em 1900 só havia 24 escolas de ensino superior em todo o país que passou a se expandir de forma mais concreta a partir de 1920 quando surgiram as primeiras escolas denominadas Escolas Isoladas. Porém, totalmente dissociadas da pesquisa, fato que gerou um novo pensamento em prol da implantação da universidade.

Os argumentos do debate dos anos 20 tinham natureza muito distinta das considerações quase estritamente políticas que vigoraram no século XIX, sob o centralismo político do império. O foco era não mais o grau de controle do poder central sobre o ensino superior, ponderando-se os custos e os benefícios associados à criação de uma universidade no País. Os termos da defesa da criação de uma universidade centravam-se, agora, na própria idéia de universidade e suas funções na sociedade. Atribuía-se a essa instituição uma nova função: abrigar a ciência, os cientistas e as humanidades em geral e promover a pesquisa. (SAMPAIO, p. 41, 2000)

A idéia de implantar a universidade com suas características tradicionais parte do princípio de aliar o ensino com a pesquisa, e nesse bojo, abranger as mais diversas áreas do conhecimento nas quais estavam inseridas as ciências sociais.

Após vencer várias etapas de evolução, as universidades, assim como todo o sistema que regia o ensino superior carecia de flexibilidade, pois as normas impostas tornavam o sistema pesado, ineficaz e excessivamente burocrático. Assim, a legislação passou a privilegiar este tipo de ensino concedendo certa autonomia às universidades, porém, tudo funcionava sob o controle de um órgão central ao qual cada instituição devia se reportar.

A partir da década de 30, no governo de Getúlio Vargas é que se institui o Ministério da Educação e Saúde que foi o instrumento administrativo mais convincente para promover uma reforma em todos os aspectos legais e estruturais da educação no ano de 1931, determinando a nova roupagem que a universidade brasileira deveria apresentar.

Com a da reforma na educação instalada, a estabilidade no crescimento de instituições privadas se consolida a partir da edição de leis específicas no setor, visto que na maioria dos casos a lei só confirmava os anseios da sociedade no sentido de regulamentar o ensino superior no país.

De acordo com SAMPAIO (2000), somente a partir de 1968, é que a pesquisa passa a incorporar o discurso das universidades, com a grande reforma do ensino onde reforçava a universidade como fonte importante para o desenvolvimento do Brasil.

Assim, na década de 70, com as idéias desenvolvimentistas, o ensino superior toma nova postura com a disseminação das instituições privadas que em sua maioria ofertavam cursos na área das ciências humanas. Mais tarde surgiram as faculdades integradas, e, ao todo já somavam 47 instituições neste período.

Desde então, se tem lutado pela implantação de um modelo de universidade que atenda aos aspectos de regionalidade que o Brasil apresenta, criando-se universidades com

características da geografia onde se instala, mas pouco importa à classe política do país, o fator político é que foi determinante, tendo em vista pressões de políticos locais. A pesquisa passa a ser, então subjugada e deixada de lado.

Com a Constituição de 1988, as universidades se fortalecem com a implantação da autonomia didática, científica, de gestão administrativa e financeira, dando um grande passo para o desenvolvimento indissociado entre ensino, pesquisa e extensão. Mesmo assim não foi suficiente, pois boa parte da autonomia universitária ainda fica no papel.

Neste período, o ensino superior já tomava fôlego, e, no caso específico da Administração percebe-se que a sociedade já é contemplada em suas reivindicações, pois o mercado de trabalho passa a exigir profissionais com formação nesta área.

O currículo de Administração passa a ser regido por normas gerais que orientam o ensino superior com elevado detalhamento de disciplinas e cargas horárias com obrigatoriedade de cumprimento, ficando amarrados à fiscalização do MEC como requisito obrigatório para o reconhecimento do curso.

A ciência da administração é muito nova no Brasil quando comparada com outras ciências, e sua evolução, ocorrida principalmente nos séculos 19 e 20, tem proporcionado grandes revoluções na gestão das empresas, tendo como consequência o desenvolvimento da economia e da sociedade em geral.

7. O modelo de expansão adotado pelo Brasil direcionou a oferta para poucos cursos, os que tinham maior apelo popular, e com isso operou um forte desequilíbrio no panorama das “vocações” profissionais dos jovens brasileiros. Do total das matrículas na educação superior, em 2004, mais da metade (52,2%) concentravam-se em apenas seis cursos: Administração (14,9%), Direito (12,8%), Pedagogia (9,3%), Engenharia (5,9%), Letras (4,7%) e Comunicação... (INEP, p. 17, 2006)

Percebe-se, então, que a profissão de administrador no Brasil começou a ganhar espaço e conquistar o espaço vocacional de boa parte dos estudantes. Com a divulgação dos cursos com suas características de formação a Administração passa a ocupar posição privilegiada no rol de cursos mais bem aceitos.

Embora persista o pensamento de que o público difere do privado, no âmbito da profissão de Administrador, precisamos atentar aos aspectos gerais de cultura, produção, economia e política, sem distinção, pois o processo educacional precisa responder às



demandas do mercado para enfim atender à relação do conhecimento com a prática administrativa.

A escala das transformações tecnológicas, a crescente interdependência da economia mundial, a dinâmica das mutações sociais, a aplicação de novos princípios de geopolítica que tendem, cada vez mais, a quebrar os clássicos limites das fronteiras Norte-Sul e Leste-Oeste constituem, entre outros fatos, parâmetros norteadores de um comportamento administrativo fundamentado na formação de generalistas especializados. (ANDRADE E AMBONI, p. 34, 2004)

Diante de tamanha dinâmica em suas características de formação, o Administrador depara-se com grande desafio, formar novos Administradores com visão holística ampliando suas habilidades na busca de uma formação generalista, onde mede as consequências de cada decisão processando as informações ambientais para então conquistar novos espaços no mercado de trabalho.

A nova forma de pensar atraiu uma imensa camada de estudantes ansiosos por uma formação da atualidade que pudesse combinar seus objetivos com as exigências mercadológicas.

### **5.1. As primeiras escolas de Administração no Brasil**

Completados quarenta e quatro anos em setembro de 2009 de regulamentação profissional no Brasil e após tantos anos de luta, trabalho e conquistas, os administradores ainda enfrentam os desafios vistos como “estruturais” por parte de especialistas. Um dos primeiros é a necessidade de se fazer uma administração eficaz no cenário atual. Por sua capacidade criativa e inovadora, e ao mesmo tempo, formar um o administrador que possa identificar e solucionar problemas em todas as fases de decisão de uma organização, do planejamento ao controle.

A educação está diretamente afetada pelas turbulências que marcam esta virada do milênio. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia permitiu mudanças nos processos produtivos, nas relações sociais e nas políticas de educação. A educação tem a difícil missão de acompanhar os homens na construção de sua história – e a ciência e a técnica são as ferramentas fundamentais para que estes homens, que com suas ações transformadoras atuam sobre o mundo e a natureza transformando-os. (ANGRAD, p. 60, 2001)

A administração desponta hoje como a ciência do momento. Com essa característica, a demanda por profissionais da administração mais sintonizados com o cenário atual do mercado mundial tem aumentado a cada ano.

As primeiras escolas de administração no mundo datam do final do século 19 e início do século 20. Nos Estados Unidos foi estruturado um corpo de conhecimentos referentes à gestão empresarial. Influenciado por esse modelo, o Brasil deu os primeiros passos para a formação educacional na ciência da administração a partir da década de 30.

Os Estados Unidos, influenciaram de maneira significativa até os dias atuais, com instituições de impacto como a “Wharton School”, fundada em 1881, que é uma das líderes do “Ranking” das escolas superiores de “Business Administration” e a “Maquette University”, na qual o curso de administração vem sendo ministrado há mais de 90 anos.

Somando-se ainda às demais escolas, a formação em administração daquele país continua sendo uma parte importante do cenário universitário mundial, que, além de especificidades de relações no mercado – a partir do contexto econômico – também incorpora conhecimentos de várias outras áreas como antropologia, psicologia e sociologia.

Foi nas décadas de 30 e 40, que a administração começou a ganhar espaço, importância e status como atividade profissional e campo de ensino, pesquisa e documentação.

Até 1930, o ensino da administração era sempre agregado aos cursos de Comércio, Direito, Ciências Sociais ou engenharia. Mas é nessa época que começam a chegar no país as idéias de Frederick W. Taylor e Henry Fayol sobre a então chamada Administração Científica.

O período que culminaria na consolidação da administração como profissão regulamentada, anos mais tarde, teve início com a formação de uma assessoria especial, pelo próprio presidente Getulio Vargas, integrada por vários profissionais.

Dirigido por Luis Simões Lopes, entre 1938 e 1945, O DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público, que substituiu o antigo Conselho Federal do Serviço Público, dedicou-se a construir a nova estrutura de governo, seguindo a filosofia de Vargas. Este fato se tornou uma espécie de “embrião” da profissão de Administrador no Brasil.

Nessa fase, várias contribuições foram dadas ao desenvolvimento da administração no Brasil. Foram criadas duas revistas técnicas direcionadas a área. A Revista de Direito Administrativo, que parou de circular sob responsabilidade do DASP em

1946, e a Revista do Serviço Público, que também terminou saindo de circulação e voltou a ser editada, anos depois pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

Em 1940, o departamento criou os cursos de administração, que ficaram conhecidos como “os cursos do DASP”, e que, em 1958, seriam transformados em Escola do Serviço Público para treinar servidores e formar professores de Administração.

Em 1941, o padre jesuíta Roberto Saboya de Medeiros fundou a Escola Superior de administração do país. Começava a ser formado, com base no sistema escolar, um administrador profissional apto para atender ao processo de industrialização emergente no país.

## **5.2. Formação das primeiras turmas de Administração**

A Fundação Getúlio Vargas - FGV foi a primeira a formar uma turma de administradores. Sua origem remonta à criação do Departamento Administrativo de Serviço Público - DASP, em 1938, órgão que tinha como finalidade estabelecer um padrão de eficiência no serviço público federal e criar canais mais democráticos para o recrutamento de recursos humanos para a Administração Pública, por meio de concurso de admissão (ANDRADE E AMBONI, 2004).

Foi em 1945, que surgiram os primeiros resultados quanto à implantação do ensino. Nesse ano, o então ministro da educação, Gustavo Capanema, encaminhou à presidência da república documento que propunha a criação de dois cursos universitários: O de Ciências Contábeis e o de Ciências Econômicas. A criação dos cursos assumiu papel relevante, uma vez que passou a ampliar a organização escolar do país que, até então, se constituía apenas de engenheiros, médicos e advogados. Foi significativo, também, o chamado “Manifesto dos pioneiros da Educação Nova”, que, ainda em 1932, abordou a necessidade de outros cursos universitários (ANDRADE E AMBONI, 2004).

Em 1952, foi criada pela FGV a Escola Brasileira de Administração Pública - EBAP, com apoio da ONU - Organização das Nações Unidas para a manutenção inicial. Dois anos depois, surgiu a Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP, onde foi estruturado o primeiro currículo especializado em administração. Ali, em 1946, criou-se a Faculdade de Economia e Administração - FEA, com o objetivo de formar

funcionários para os grandes estabelecimentos de Administração Pública e Privada (ANDRADE E AMBONI, 2004).

A criação da Lei nº 4.769 em 1965, que regulamentou a profissão, foi o resultado de um processo de amadurecimento dos primeiros Administradores brasileiros, que perceberam a incapacidade de evoluir sem a proteção legal de seus direitos e da definição clara das atividades privativas do Administrador.

Com as mudanças econômicas, um novo acontecimento acentuou a tendência à profissionalização do administrador: a regulamentação dessa atividade, que ocorreu na metade da década de 60, pela Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965. Essa lei, no seu artigo 3º, afirma que o exercício da profissão de técnico em administração é privativo dos bacharéis em administração pública ou de empresas diplomados no Brasil em cursos regulares de ensino superior, oficial, oficializado ou reconhecido, cujo currículo seja fixado pelo Conselho Federal de Educação nos termos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as diretrizes e as bases da educação no Brasil. Isso veio a ampliar um vasto campo de trabalho para a profissão de administrador. (ANDRADE E AMBONI, p. 7, 2004)

Com a Lei nº 4.769/65, a profissão de Técnico de Administração passava a integrar o grupo da confederação nacional das profissões Liberais. Ao oficializar a profissão, o governo garantiu os direitos de quem já a exercia anteriormente, por, pelo menos, cinco anos, e estabeleceu que o administrador, como pessoa física, se formaria em curso superior regular, oficial ou reconhecido, e as empresas que explorassem o campo profissional da Administração só poderiam funcionar sob a responsabilidade de um administrador.

Para promover o registro e a fiscalização, entre outras competências, a Lei nº 4.769/65 cria algumas entidades ligadas diretamente à área, o Conselho Federal de Administração - CFA e os Conselhos Regionais de Administração - CRA.

A partir da consolidação da democracia no Brasil, os cursos foram se aperfeiçoando, o que desencadeou, então, a defesa pela formação de um profissional capaz de atuar em outras formas organizacionais, tais como associações de bairros, cooperativas, pequenas empresas e outros campos novos, além do tradicional campo das empresas.

Mantendo a preocupação nos cursos de Administração em ampliar seu padrão de qualidade, as Instituições de Ensino Superior contaram com fortes aliadas que eram as instituições ligadas ao ensino de graduação em Administração que iniciaram um processo de parceria no sentido de unir esforços na conquista de seus objetivos. A Associação

Nacional dos Cursos de Graduação em Administração - ANGRAD e o Conselho Federal de Administração – CFA, cujos esforços acabaram por criar um currículo mínimo para os cursos de Administração, que foi aprovado em 1993, com o propósito de fazer com que a Administração fosse entendida dentro de uma dimensão mais ampla de desempenhos na esfera educacional, promoveram maior interação entre o futuro profissional e o meio a que ele serviria.

EXPANSÃO DO ENSINO	CENSO 2003
Estudantes universitários matriculados em Administração	589.593
Faculdades de administração	1.710
Formandos em Administração por ano	62.924

Quadro 5.1 – Expansão do ensino de Administração

Fonte: INEP/MEC censo 2004

A expansão se dá a partir da LDB – 9.394/96, período que, entre o final da década de 80 e metade da década de 90, se registrou um aumento de Instituições privadas no Brasil que praticamente quadruplicou, chegando a 2.013, e destas, um total de 1.710 já ofertavam em sua estrutura cursos de Administração até o ano de 2004.

## 6. DIRETRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2004, por iniciativa do Conselho Federal de Administração - CFA, que tem como parceira a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração - ANGRAD e o apoio da comunidade acadêmica de todos os estados da Federação, o Ministério da Educação e Cultura - MEC aprovou então, sob nova perspectiva, a Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Administração (bacharelado). Entre as principais modificações, as Instituições de Ensino Superior - IES passavam a ter maior liberdade na elaboração de seus currículos plenos, sendo orientadas por conteúdos e não mais por disciplinas definidas e específicas. O foco passava a ser a qualificação do futuro Administrador de acordo com as demandas do mercado de trabalho.

As Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN nº 01/2004, permitiam ainda, que as Instituições de Ensino Superior - IES incluíssem no projeto pedagógico dos cursos as “linhas de formação específicas”, ou seja, conteúdos curriculares voltados para um aprofundamento de estudos em determinada área da ciência da Administração. Com finalidade de atender às particularidades regionais e locais, lastro principal que deu ênfase as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

A liberdade instituída pelas Resoluções de nº 02/93 e nº 01/2004 quanto à criação de habilitações e de linhas de formação específicas, entretanto, foi mal interpretada, mas foi solucionada com a colaboração do Conselho Federal de Administração - CFA e da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração - ANGRAD que resultou na aprovação da Resolução nº 04, de 13 de julho de 2005 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação em Administração. As novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Bacharelado em Administração estabelecem que denominações como Administração hospitalar, Administração de Bares e Restaurantes e outras 248 identificadas pelo Conselho Federal de Administração - CFA, abrangendo os mais diversos segmentos e áreas especializadas, não poderão ser utilizadas pelas Instituições de Ensino Superior - IES para intitular os cursos de bacharelado em Administração. O curso será denominado como “Curso de Administração”.

Art. 2º A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade, como Trabalho de Curso, componente opcional da instituição, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

§ 1º .....

§ 2º .....

§ 3º As Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Administração não constituem uma extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação, devendo as mesmas constar apenas no Projeto Pedagógico. (DCN, 2004)

As linhas de formação específicas, nas diversas áreas da administração, não poderão mais constituir uma extensão do nome do curso, nem se caracterizarem como habilitação, devendo apenas constar no currículo pleno do curso, evitando-se, assim, a descaracterização dos cursos de Administração oferecidos no Brasil. As novas Diretrizes

Curriculares Nacionais (DCN) deverão ser implantadas pelas Instituições de Ensino Superior - IES em um prazo máximo de dois anos contados a partir da publicação da Resolução nº 04/2005, ocorrida em 19 de julho de 2005.

Para dar mais dinâmica aos currículos dos cursos de Administração, as novas Diretrizes determinam a construção de um curso somente com uma linha de formação, subtraindo do aparato legal as chamadas habilitações.

Com essa nova denominação, os cursos ficaram preservados em seu eixo de formação garantindo a conquista de competências e habilidades com um modelo de formação acadêmica que respeita as peculiaridades de cada instituição e região na qual está inserida. Apesar de muitos questionamentos por algumas Instituições de Ensino Superior – IES, foi promovida a adaptação de seus currículos por força de imposição das novas determinações.

### **6.1. O Projeto Pedagógico do Curso de Administração**

Para dar sustentação aos Projetos Pedagógicos de cada curso, considerando a contextualidade, a RESOLUÇÃO nº 04 de 13 de julho de 2005 no Art. 2º, Diretrizes Curriculares Nacionais, apresentam alguns elementos que são capazes de expressar e solidificar a operacionalização do currículo de cada curso, sendo estes:

- I- Definição dos objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social.
- II- Explicação das condições objetivas de oferta e a vocação do curso.
- III- Estabelecimento da carga horária dedicada às atividades didáticas e da integralização do curso.
- IV- Esclarecimentos acerca das formas com que a interdisciplinaridade será exercitada.
- V- Precisações acerca dos modos pelos quais haverá integração entre as dimensões teóricas e práticas.
- VI- Esclarecimentos sobre as estratégias que viabilizarão a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem.

- VII- Esclarecimentos sobre os modos pelos quais ocorrerá a integração entre os programas de graduação e de pós-graduação, quando houver.
- VIII- Esclarecimento acerca de cursos de pós-graduação *lato sensu*, eventualmente oferecidos na IES.
- IX- Explicações acerca das atividades de incentivo a pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento de iniciação científica.
- X- Esclarecimentos acerca da concepção e composição das atividades de estágio supervisionado de caráter curricular e suas respectivas formas de condições de realização.
- XI- Esclarecimentos acerca da concepção e composição das atividades complementares.
- XII- Esclarecimentos sobre a inclusão opcional de trabalho de conclusão de curso sob as modalidades de monografia, de projeto de iniciação científica ou projetos centrados em área teórico-prática ou de formação profissional.

O projeto pedagógico do curso tem hoje, uma abertura muito grande na estruturação de seu currículo podendo a Instituição de Ensino Superior – IES optar por um currículo criativo, inovador e potencialmente atrativo. As opções de regime também podem ser apresentadas no sistema de módulos ou núcleos acadêmicos, seriado anual, seriado semestral, sistemas de créditos com matrícula por disciplina ou modelos que, em conformidade com a região possam atender ao estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Administração.

Conforme Andrade e Amboni, p. 115, 2004, o tipo de estrutura e regime acadêmico adotados pelo curso, sua estrutura curricular precisa apontar para alguns pressupostos como:

- Desbastar o currículo enciclopédico, congestionado de informações, priorizando conhecimentos e competências.
- Adotar estratégias de ensino diversificadas que mobilizem menos a memória e mais o raciocínio e outras competências cognitivas superiores, bem como potencializem a interação entre aluno e professor e aluno e aluno para a construção de conhecimentos coletivos.



- Organizar os conteúdos do curso em estudos ou áreas interdisciplinares e projetos que melhor abriguem a visão orgânica do conhecimento e o diálogo permanente entre as diferentes áreas do saber.
- Tratar os conteúdos de modo contextualizado, valorizando a relação entre eles com o intuito de dar significado e utilidade ao aprendizado.
- Lidar com os sentimentos associados às situações de aprendizagem para facilitar a relação do aluno com o conhecimento.

Sabe-se que o período letivo de cada semestre é de 100 dias, dessa forma, a elaboração da estrutura do curso, em cada período deverá respeitar a legislação, e, em tempo, ofertar uma distribuição curricular que ofereça uma relação do conhecimento com a realidade vigente oportunizando experiências geradoras de um aprendizado crítico voltado para os objetivos propostos no curso.

## **7. O ENSINO SUPERIOR NO MARANHÃO**

### **7.1. Breve caracterização do Estado do Maranhão**

Com uma extensão territorial de 331.983.293 km<sup>2</sup>, o Maranhão tem à sua volta situando-se ao norte, o Oceano Atlântico apresentando uma extensão aproximada de 640 km, ao sul e sudeste encontra-se o Estado do Tocantins em uma extensão de 898 km, a oeste o Estado do Pará com extensão de 735 km e a sudeste o Estado do Piauí com uma extensão de 1.278 km.

O Maranhão tem população de aproximadamente 6.000.000 de habitantes, dos quais 49,49% do gênero masculino e 50,51% do gênero feminino. Essa população, até a década de 1980, era predominantemente rural (68,60%). No entanto, o fenômeno se inverteu na década seguinte, atingindo, em 2002, 66,34% para a população residente na zona urbana.

O inchaço das cidades se deu a partir da expulsão de muitos posseiros e proprietários pequenos que se instalavam na zona rural, provocado pelo capitalismo expansionista que passou a acontecer a partir da década de 60 com apoio dos governantes

da época. Desde então, alguns fatores como falta de projetos e programas que pudessem beneficiar a população do Maranhão, o estado foi conquistando a pose de mais atrasado do Nordeste, apresentando uma renda média mensal da população economicamente ativa com rendimento mensal de até um salário mínimo, num total de 47% da população.

Somado aos vários aspectos de atraso ou de defasagem, pode-se destacar os índices educacionais, que ainda fazem parte da triste estatística de atraso do estado do Maranhão. Com o processo expansionista instalado a partir da Constituição de 1988, a educação se elevou e teve assegurada a obrigatoriedade do ensino médio, sua gratuidade, atingindo até o nível superior de ensino, e mesmo assim, o estado não alterou os seus índices de forma satisfatória no tocante ao ensino superior.

O Maranhão já era citado na história desde o domínio definitivo do Brasil como colônia de Portugal. No ano de 1578, com o falecimento de Dom Sebastião, o novo rei decidiu dividir o Brasil em dois estados: o estado do Maranhão, capital São Luis e estado do Brasil, com capital denominada Salvador.

No ano de 1750, o Maranhão se apresentava com um índice de pobreza muito elevado, produzindo baixa quantidade de alimentos, sendo limitada ao arroz, cana-de-açúcar, milho, algodão e mandioca, num período em que sequer existia moeda, ficando estabelecido o escambo. Somente em 1774 a divisão é desfeita e o Brasil passa novamente a ser um só estado. (NASCIMENTO, 1996).

No ano de 1861 o Maranhão teve uma alta no mercado mundial, graças à paralisação da produção de algodão dos Estados Unidos que era o principal concorrente que mais tarde se recompôs e voltou a concorrer novamente. Foi em 1889, após muitas ocorrências, inclusive a proclamação, que a população maranhense passou a enfrentar um período de grande defasagem na economia, onde predominava a baixa competitividade, baixa tecnologia e falta de inovação, além da agricultura em regime de monocultura.

Toda essa condição de atraso perdurou por anos, e muito tempo depois é que o Maranhão passou a receber migrantes vindos de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí, que acabaram investindo de forma audaciosa, conquistando espaço e ao mesmo tempo contribuindo para o desenvolvimento do Maranhão que se concentrou na produção de arroz e babaçu.

## 7.2. Primeiras Instituições do Maranhão

Passa-se muito tempo, e somente em 1918, é que surge a primeira Instituição de Ensino Superior do Maranhão, fundada com o título de Faculdade de Direito do Maranhão, cuja criação foi fruto de esforços do jurista maranhense Domingos Perdigão. No ano seguinte, o presidente do Estado do Maranhão, Sr. Raul da Cunha Machado sancionou a Lei nº 834/18 que torna a Faculdade um espaço de utilidade pública. Já em 1921 foi sancionada outra Lei de nº 963/21 que garante diplomar os bacharéis egressos da Faculdade com validade a todo o território nacional. (INEP, 2006).

Para ilustrar melhor a evolução da educação superior no Maranhão, colocamos o período acompanhado do curso com sua criação no quadro a seguir:

Data	Instituição	Lei nº
1918	Faculdade de Direito	834
1923	Faculdade de Farmácia	1.121
1925	Faculdade de Odontologia	
1932	Escola de Agronomia. Fechada em 1941 pelo Departamento Nacional de Ensino	
1952	Escola de Enfermagem São Francisco de assis	Decreto 30.628
1953	Escola de Serviço Social	Decreto 05
1957	Faculdade de Ciências Médicas	Decreto 43.941
1966	Fundação Universidade do Maranhão - FUM	5.152

Quadro 7.1 – Primeiros cursos no Maranhão

Fonte: INEP, 2006

Em decorrência de vários fatores, uma cadeia de ocorrências se instala na esfera do ensino superior, envolvida com irregularidades gritantes, a educação superior no Maranhão se fragiliza e produz uma reação de grande frustração na sociedade o que levou muitas famílias a mandar os filhos para estudar fora do estado gerando um grande desconforto, o que foi parcialmente sanado em 1945 (ditadura), com a criação da Fundação Paulo Ramos, instituição de direito privado que teve em sua criação um outro objetivo, que era o de dar suporte às novas faculdades.

No ano de 1950 as faculdades são federalizadas, e, aproveitando o que a Fundação Paulo Ramos dispunha de patrimônio, foi criada no ano de 1952 a Faculdade de

Filosofia com autorização para funcionar com os cursos de Filosofia, Letras, História, Pedagogia e Geografia.

Nos trinta anos que se seguiram à criação das primeiras universidades, a sociedade mudou rapidamente, ampliando os setores médios próprios de uma formação social industrial e urbana. As demandas dessas camadas em ascensão foram, inicialmente, pela ampliação do ensino público de grau médio. A satisfação de tal necessidade, ainda que limitada a setores restritos da sociedade, criou nova clientela para o ensino superior. O desenvolvimento das burocracias estatais e das empresas de grande porte abriu novo mercado de trabalho, fortemente disputado pelos setores médios. O diploma de ensino superior passou a significar garantia de acesso a esse mercado. (SAMPAIO, p. 53, 2000)

Agora com os cursos federalizados, uma nova perspectiva toma conta da sociedade maranhense, pois o modelo de universidade adotado apresenta uma nova formação, apesar de manter o domínio do modelo antigo em termos de formação de profissionais liberais.

Apesar de tudo isso, ainda não satisfeita a sociedade clamava por uma reformulação mais consistente e pudesse atender às contextualidades nacionais, visto que se copiou o modelo de universidade norte americano.

No cenário nacional, vivia-se um momento conturbado marcado pelo Golpe de 1964, que impusera uma ditadura militar. Nele, o debate sobre a educação superior girou em torno do Projeto de Reforma Universitária formulado pela burocracia educacional e moldado no autoritarismo emanado do governo central. Esse projeto e os demais documentos que lhe dão sustentação propugnam um modelo de universidade no qual, ao mesmo tempo em que a universidade passa a ser vista como empresa, tenta-se tolhê-la da sua vocação crítica. Para tanto, vem acompanhado de medidas repressivas que procuram silenciar o debate crítico e as posições contrárias. (INEP, p. 27, 2006)

Com a promulgação da Lei 5.540/68 que trata exclusivamente da junção de faculdades isoladas no sentido de criar as universidades, em meio à reforma universitária tão clamada que já se iniciara, e, para conter essa onda de reforma a gestão passa a ser formulada com orientação do governo superior que orientava para uma neutralidade política disfarçada. Frente a tudo isso algumas reformas acontecem e perduram até a década de 80.

No Maranhão, a Universidade Federal não fugia à realidade do quadro nacional, somente nos patamares de desigualdade social, uma grande e árdua missão para a universidade, tentar intervir nesse quadro, sem falar nas dificuldades de gestão e de finanças que assolam historicamente o ensino superior no Maranhão.

As reformulações vão acontecendo paulatinamente, apesar do quadro econômico do estado se manter nos níveis de evolução muito abaixo dos outros estados do país, dirigentes públicos tentavam de maneira muito particular imprimir um novo ritmo, o Brasil fica vislumbrado com o crescimento na década de 70 em que a população passa a ter acesso a bens de consumo de forma mais popularizada.

No ano de 1972 é criada a Federação das Escolas Superiores do Maranhão – FESM, transformada em Universidade Estadual do Maranhão – UEMA pela lei nº 4.400 de 30 de dezembro de 1981, esta Universidade tem em seu bojo uma forte característica, a de ser uma instituição voltada para o desenvolvimento do estado.

A UEMA fundou vários Centros de Estudos, abrangendo desde Administração, Engenharia, Veterinária, Educação, e muitos outros cursos, atingindo hoje uma abrangência de mais de 144 municípios do Maranhão, o que a tornou um ponto de referência política, social e econômica a ponto de eleger dois reitores a Deputado Estadual e Federal.

Sua amplitude se dá a partir da LDB 9.394/96 que proporcionou abertura de diversificação de cursos e programas para ampliar o atendimento à sociedade. Foi então que foi fundado o PROCAD – programa de capacitação de docentes, mais tarde transformado em PQD – programa de qualificação de docentes direcionado a qualificar professores da rede fundamental de ensino, o que elevou os índices de matrícula a patamares nunca vistos no Maranhão.

## **8. INSTITUIÇÕES E CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO MARANHÃO**

O gerenciamento do curso de Administração é basicamente caracterizado pela capacidade de se adequar ao contexto, com suas mudanças que servem como parâmetro da gestão para a adequação do conhecimento a ser transmitido. Por isso, acredita-se que essa gestão pode ser orientada para um comportamento diferenciado, voltado para a educação geral dos alunos, motivando ainda, os docentes à qualificação.

A rede de ensino superior nacional é baseada nas políticas e diretrizes, onde características específicas são notadas a partir do contexto regional para que seja instalado um curso de nível superior. Entretanto, mesmo com toda a estratégia mercadológica, algumas questões ficam em aberto e de forma isolada, em um ou outro curso nota-se um

bom nível de relacionamento com a sociedade, aplicando mais qualidade em suas práticas sem, contudo, desprender grandes recursos, conseguindo operacionalizar seus objetivos.

A partir de meados dos anos 80, quando a demanda por ensino superior começa a diminuir e quando o financiamento do ensino público dá sinais de esgotamento, a natureza da relação complementar entre os setores público e privado de ensino superior começa a ser questionada. (SAMPAIO, p. 74, 2000)

É sabido que quando se pensa em realizar uma administração eficaz, precisa-se estar consciente da importância de uma formação profissional solidificada no conhecimento científico, apoiada no pressuposto de que as instituições – Públicas ou Privadas – devam aderir a uma abordagem socialmente responsável nas tomadas de decisões.

As instituições, principalmente as de âmbito privado, têm obrigações que vão além da maximização dos lucros. Afinal, as Instituições lucrativas podem criar empregos, melhorar o padrão de vida dos seus proprietários e funcionários e ainda, mediante o pagamento de impostos, contribuir para manter as relações com muitas outras instituições com a realização de convênios que possibilitem uma prática eficaz do Estágio.

Um outro desafio enfrentado pelos gestores de cursos de Administração e de IES são as novas demandas de mercado, que exigem a presença do administrador em áreas pouco vistas antes, mas cuja atuação se considera fundamental. É o caso, por exemplo, dos setores esportivos (clubes e empresas esportivas), cultural (com administração de galerias de arte e teatros), Hospitalar e, ainda de emissoras de rádio e televisão, entre vários outros, que ainda não permitem a prática de estágio por fatores culturais e até por desinformação.

Mesmo com todos esses desafios a enfrentar, a evolução da educação superior no Maranhão tem acontecido de forma gradativa, e no decorrer de 86 anos de ensino superior, desde a criação do primeiro curso superior foram instaladas 21 instituições até 2004.

No quadro a seguir, é apresentado o crescimento do ensino superior no Maranhão, que mesmo em ritmo lento, tem demonstrado uma boa evolução em relação a alguns Estados da Nação.

### 8.1. Crescimento do número de instituições no Brasil, Nordeste e Maranhão (1991 a 2004)

ANO	BRASIL	NORDESTE	MARANHÃO
1991	893	100	<b>3</b>
1992	893	105	<b>4</b>
1993	873	95	<b>4</b>
1994	851	88	<b>4</b>
1995	894	92	<b>4</b>
1996	922	97	<b>4</b>
1997	900	101	<b>4</b>
1998	973	124	<b>5</b>
1999	1.097	141	<b>5</b>
2000	1.180	157	<b>7</b>
2001	1.391	211	<b>11</b>
2002	1.637	256	<b>14</b>
2003	1.859	304	<b>17</b>
2004	2.013	344	<b>21</b>

Tabela 8.1 – Número de IES no Brasil, Nordeste e Maranhão

Fonte: MEC/INEP/DEAES

De acordo com o INEP o crescimento alcançado pelo Maranhão foi bastante significativo em termos regionais, comparando com o nível Nacional parece muito tímido, mas com relação aos outros estados do Nordeste sua evolução foi muito grande entre o ano de 1991 a 2004, se posicionando como o terceiro com menor número de instituições, ultrapassando os Estados do Rio Grande do Norte com apenas 16 (dezesesseis) instituições e Sergipe com 11 (onze) instituições. Gráficamente a tabela acima nos dá uma visão mais ampla do número de instituições e sua expansão ao longo dos anos:

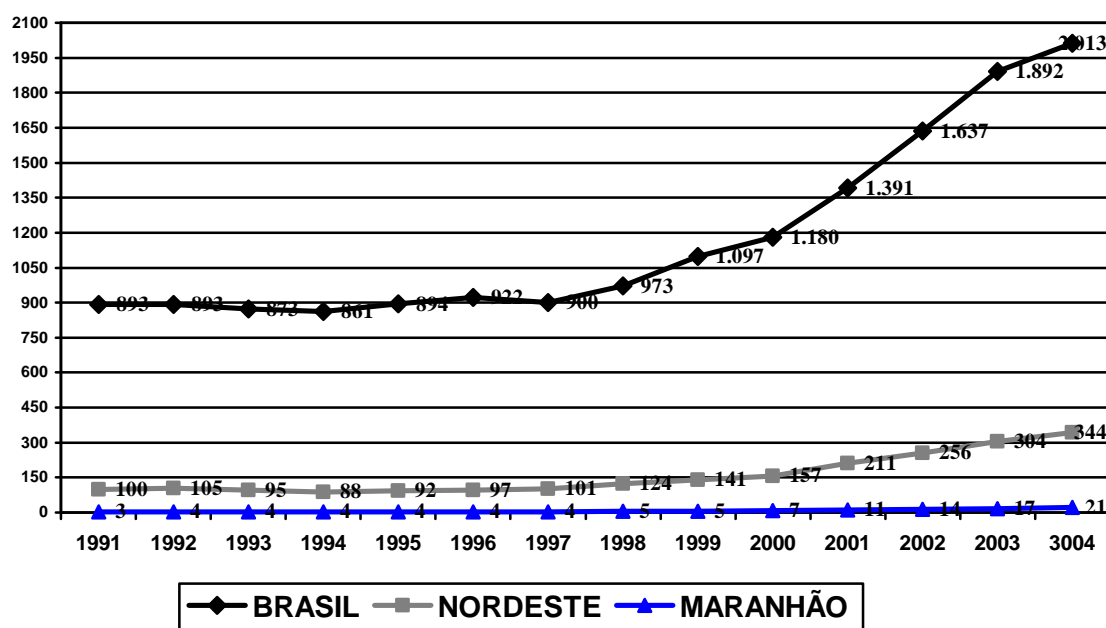


Gráfico 8.1 – Crescimento do número de IES no Brasil, Nordeste e Maranhão

Fonte: MEC/INEP/DEAES

## 8.2. Instituições que ofertam cursos de Administração no Maranhão:

Na atualidade, as Instituições credenciadas no Maranhão totalizam em 28 (vinte e oito) das quais dezenove ofertam curso de Administração, que estão distribuídos de forma bastante equilibrada territorialmente no Estado. Considerando que de 1991 a 2004 houve um notável crescimento na quantidade de Instituições, no período de 2004 a 2010 foram credenciadas praticamente uma Instituição por ano, portanto, mantendo o índice de crescimento.

O número de cursos de Administração acompanha este crescimento, se tornando às vezes o carro chefe para o credenciamento, pois requer baixo custo de implantação e manutenção, o que resvala nas intenções dos gestores que acabam por imaginar a educação superior com olhares mercantilistas, deixando a gestão dos cursos à mercê de vontades de profissionais que acabam desprezando as leis e criando regulamentos em função de suas próprias expectativas, o que pode promover distorções e gerar conflitos na gestão dos cursos.



As IES que ofertam cursos de Administração:

<b>IES</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>CIDADE</b>
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA	Lei 4.400/81	São Luis
Faculdade de Balsas – UNIBALSAS	Portaria 1.744/06	Balsas
Faculdade do Baixo Parnaíba - FAP	Portaria 196/05	Chapadinha
Faculdade São José - FSJ	Portaria 1.636/05	Timon
Faculdade do Vale do Itapecurú - FAI	Portaria 3.040/01	Caxias
Faculdade de Educação São Francisco - FAESF	Portaria 1.353/00	Pedreiras
Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão-FACEMA	Portaria 1.167/08	Caxias
Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB	Portaria 2.511/01	São Luis
Centro Universitário do Maranhão - UNICEUMA	Decreto 99.003/90	São Luis
Faculdade Atenas Maranhense de São Luis - FAMA	Portaria 221/00	São Luis
Faculdade Atenas Maranhense de Imperatriz – FAMA	Portaria 1.390/01	Imperatriz
Faculdade Cândido Mendes do Maranhão – FACAM	Portaria 2.111/03	São Luis
Universidade Federal do Maranhão - UFMA	Lei 5.152/66	São Luis
Faculdade de Educação de Bacabal - FEBAC	Portaria 472/07	Bacabal
Unidade de Ensino do Sul do Maranhão – UNISULMA	Portaria 3.981/84	Imperatriz
Faculdade Santa Terezinha – CEST	Portaria	São Luis
Faculdade Pitágoras de São Luis - PITÁGORAS	Portaria	São Luis
Faculdade de Imperatriz - FACIMP	Portaria 951/01	Imperatriz
Faculdade Ciências Humanas Sociais Aplicadas-FACSÃO LUIS	Portaria 3.685/05	São Luis

Tabela 8.2 – Instituições de Ensino Superior com curso de Administração no Maranhão

Fonte: ([www.mundovestibular.com.br/](http://www.mundovestibular.com.br/), 2009)

## 9. LEGISLAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR

### 9.1. O estágio e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei 9394/96)

No ano de 1972, dando seqüência ao processo de desenvolvimento da universidade, é instituído o Projeto denominado Integração escola – empresa – governo,

sendo classificado como prioritário que passou a ser gerenciado pelo Instituto Euvaldo Lodi – IEL que foi nomeado intermediário no processo de integração. (MEC/SESu/CODEAC, 1979)

Na mesma fase de implantação, foi instituído o subprojeto Estágio Supervisionado, que a partir de 1975, em uma nova sistemática que foi determinada, o IEL passa a administrar os convênios no sentido de implantar cursos integrados, e assim, atender aos pressupostos que integram a teoria com a prática, cuja finalidade era possibilitar uma melhor formação profissional aos alunos.

O apoio ao Subprojeto Estágio Supervisionado objetivou, basicamente, a organização, em oito Universidades Federais – do Pará, do Maranhão, do Ceará, da Paraíba, Rural de Pernambuco, de Mato Grosso e de Goiás – de grupos de integração que pudessem, posteriormente, coordenar o sistema de estágios a nível de cada uma delas. (Brasil. MEC/SESu/CODEAC, p. 74, 1979)

O estágio é uma atividade de integração entre teoria e prática para aperfeiçoamento constante do processo de ensino aprendizagem, de desenvolvimento, dentro e/ou fora do ambiente acadêmico, de competências e habilidades, principalmente as que se referem à experiência profissional, julgadas relevantes para a área de formação do discente e de Consolidação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo de responsabilidade da Instituição de Ensino Superior a coordenação e orientação do Estágio.

Apesar do Estágio Supervisionado não ter sua nomenclatura inserida no contexto geral da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, foi conquistando espaço, respaldado na democratização do ensino superior através da nova LDB 9.394/96.

A Lei de diretrizes e bases da educação (Brasil, 1996) dedica quinze artigos à educação superior. A leitura do documento permite verificar que nenhum deles legisla especificamente sobre os programas de Estágio Supervisionado e de Trabalho de Conclusão de Curso. Entretanto, o Artigo 43, ao explicitar a finalidade atribuída à educação superior, relaciona aspectos que têm relação direta com o processo que garante os resultados conquistados com a implantação dos programas de Estágio Supervisionado... (LIMA e OLIVO, p. 07, 2007)

A LDB (9394/1996) apresenta nos incisos do seu Art. 43 comentários sobre a finalidade da educação superior relatando que o profissional deve estar apto para a inserção em setores profissionais, como também incentivar o trabalho de pesquisa e investigação

científica suscitando ainda, o aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização dos conhecimentos adquiridos.

O Estágio Supervisionado é caracterizado como componente curricular direcionado à consolidação/formação dos desempenhos profissionais desejados, inerente ao perfil profissional do formando e deverá se desenvolver em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração.

Estágio Supervisionado é aquele exigido em decorrência das diretrizes curriculares dos cursos sendo obrigatória sua presença no Projeto Político-Pedagógico do curso de Administração através, da elaboração de um projeto pré-aprovado pelo coordenador de curso, sendo que o estágio não obrigatório é permitido ao acadêmico realizá-lo seguindo a legislação vigente.

## **9.2. A Lei nº 11.788/08 e o estágio dos cursos de Administração**

A prática do estágio supervisionado obrigatório nos cursos de Administração pode ser executada em duas ou mais etapas fazendo parte do currículo como atividade obrigatória com carga horária direcionada a atividades na empresa denominada campo de estágio.

Entendendo-se por estágio curricular supervisionado as atividades profissionais desempenhadas pelo estudante, que tenha estreita correlação com sua formação acadêmica, independentemente do vínculo empregatício.

**Art. 1º** Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (Lei do estágio nº. 11.788, Art. 1, 2008)

O Estágio Supervisionado tem como objetivo Promover a integração do aluno com o mercado de trabalho, propiciando o seu desenvolvimento profissional e acadêmico. Permitir ao aluno, através do contato com a realidade empresarial, pesquisar, diagnosticar e propor alternativas de solução para os problemas observados, com a devida sustentação

teórica e também propiciar ao aluno orientação que o direcione a análise crítica a partir de informações captadas no ambiente organizacional.

As atividades previstas no programa de Estágio Supervisionado são desenvolvidas pelos estudantes do sétimo semestre regularmente matriculados no curso de graduação em Administração. Tendo em vista a complexidade presente na realização das atividades, o fato de a grande maioria dos estudantes desempenharem atividade profissional regular e remunerada, e as exigências que a realização das atividades pressupõe, em termos de tempo e dedicação, o Estágio Supervisionado é realizado em grupos cujo número de estudantes varia de três a cinco. Eles são orientados a utilizar critérios racionais na formação dos grupos de trabalho. Observa-se que, pelo fato de estarem cursando o sétimo semestre, eles já consolidaram uma trajetória acadêmica conjunta, e isso favorece a formação dos referidos grupos e a realização de trabalhos em equipe. (ANDRADE E AMBONI, p. 25, 2004)

As áreas em que podem atuar os estagiários são variadas sendo algumas direcionadas a Teorias de Administração; Administração Mercadológica e Vendas; Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais; Administração da Produção; Administração Financeira e Orçamentária; Administração de Recursos Humanos; Administração de Sistemas de Informação; Teoria das Organizações; Administração de Comércio Exterior; Administração de Agronegócios, e outras áreas.

O Estágio Supervisionado em Administração, baseia-se em princípios que levem o aluno para um aprendizado no ambiente de trabalho gerando um fortalecimento na conquista de habilidades e consistência na formação do egresso que se pretende dispor ao mercado de trabalho.

Diante de tantos desafios, tornam-se cada vez imprescindíveis características pessoais como capacidade de inovação, senso de liderança, espírito de equipe, criatividade, busca por atualização constante por parte dos gestores no tocante ao Estágio para aproximar as práticas do arcabouço legal visando desenvolver uma conexão entre o aprendizado e a prática empresarial propriamente dita.

O desenvolvimento organizacional e o sistema de informação podem se comportar como fatores impulsionadores ao processo de execução de atividades do estágio no campo empresarial, pois sabe-se que nem todos órgãos aceitam a realização de convênios com IES para a realização do Estágio Supervisionado.

A capacidade de comunicação que o gestor do curso de Administração precisa disponibilizar pode ser crucial na manutenção das relações institucionais no sentido de

integrar teoria e prática no contexto educacional, além disso, o conhecimento de cada pessoa que participa do processo também se torna relevante para a formulação de diretrizes organizacionais no sentido de expor a organização a experiências que possam integrar escola e empresa.

Nesse sentido, a lei nº 11.788/08 (ANEXO 02) entra em cena para garantir ao aluno a oportunidade de acesso na esfera do trabalho.

A inobservância às leis que regem o Estágio Supervisionado, pode gerar sérias distorções na execução do estágio, vai desde a simples assinatura do termo de compromisso até a não participação do aluno de forma efetiva no campo de estágio.

Nessa perspectiva, a lei do estágio flexibiliza através de seus artigos com as mais variadas situações no sentido de atender o aluno conforme seu contexto, fato que pode ser decisivo para a manutenção de relações saudáveis com as organizações conveniadas para a execução do Estágio Supervisionado.

No caso do estágio supervisionado, a carga horária a ser empregada no curso de Bacharelado em Administração não deverá exceder 20% da carga horária total, somando às atividades complementares. Apesar da Lei nº 11.788/08 (ANEXO 02) não citar este percentual, há uma resolução que especifica o sistema de carga horária dos cursos.

**Art. 1º** Ficam instituídas, na forma do Parecer CNE/CES nº 8/2007, as cargas horárias mínimas para os cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, constantes do quadro anexo à presente.

**Parágrafo único.** Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário. (Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007)

Tendo em vista que o curso de Bacharelado em Administração deverá, de acordo com a Resolução nº 02/2007, ter uma carga horária mínima de 3.000 (três mil) horas, e destas, a IES deverá disponibilizar no Projeto Pedagógico do Curso um total máximo de 600 horas para distribuir o Estágio e Atividades Complementares.

Todo esse aparato legal tem por objetivo a garantia de direitos a uma oportunidade dos jovens executarem o estágio como um ato educativo e profissionalizante, ficando diretamente relacionado à área que alvo de estudo do educando, sendo o estágio supervisionado obrigatório e desenvolvido como parte integrante do projeto pedagógico do curso.

A distribuição da carga horária do curso de Administração deve fazer jus ao Artigo 2º da Resolução nº 02/2007 que orienta sobre a carga horária total, duração e limites de integralização.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior, para o atendimento do art. 1º, deverão fixar os tempos mínimos e máximos de integralização curricular por curso, bem como sua duração, tomando por base as seguintes orientações:

I – a carga horária total dos cursos, ofertados sob regime seriado, por sistema de crédito ou por módulos acadêmicos, atendidos os tempos letivos fixados na Lei nº 9.394/96, deverá ser dimensionada em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo;

II – a duração dos cursos deve ser estabelecida por carga horária total curricular, contabilizada em horas, passando a constar do respectivo Projeto Pedagógico;

III – os limites de integralização dos cursos devem ser fixados com base na carga horária total, computada nos respectivos Projetos Pedagógicos do curso... (Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007)

Para que aconteça uma distribuição equilibrada na divisão das cargas horárias, são estabelecidos alguns limites, para se coibir práticas abusivas, garantindo assim, a execução do estágio dentro do conteúdo formativo e pedagógico necessários à aprendizagem do educando no ambiente de trabalho em que está inserido.

Para o curso de Administração o limite mínimo de horas é de 3.000 com um tempo de quatro semestres como forma de integralizar os créditos.

As IES do Estado do Maranhão que ofertam cursos de Administração estão geograficamente distribuídas entre o norte, centro e sul do Estado, sendo estas:

<b>CARGA HORÁRIA DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NA IES</b> (mínimo – 3.000)	<b>Estágio</b>	<b>Atividades Complementares</b>	<b>Carga Horária TOTAL</b>
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA	<b>315</b>	0	3.255
Faculdade de Balsas – UNIBALSAS	<b>80</b>	320	3.360
Faculdade do Baixo Parnaíba - FAP	<b>300</b>	180	3.000
Faculdade São José - FSJ	<b>432</b>	120	3.000
Faculdade do Vale do Itapecurú - FAI	<b>300</b>	200	3.020
Faculdade de Educação São Francisco - FAESF	<b>360</b>	108	3.096
Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão-FACEMA	<b>300</b>	108	3.180

Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB	<b>300</b>	150	3.488
Centro Universitário do Maranhão - UNICEUMA	<b>450</b>	0	3.290
Faculdade Atenas Maranhense de São Luis - FAMA	<b>300</b>	300	4.158
Faculdade Atenas Maranhense de Imperatriz – FAMA	<b>300</b>	294	3.046
Faculdade Cândido Mendes do Maranhão – FACAM	<b>250</b>	200	3.400
Universidade Federal do Maranhão - UFMA	<b>315</b>	120	3.225
Faculdade de Educação de Bacabal - FEBAC	<b>300</b>	216	3.000
Unidade de Ensino do Sul do Maranhão – UNISULMA	<b>300</b>	150	3.000
Faculdade Santa Terezinha – CEST	<b>300</b>	200	3.020
Faculdade Pitágoras de São Luis - PITÁGORAS	<b>340</b>	0	3.290
Faculdade de Imperatriz - FACIMP	<b>300</b>	0	3.108
Faculdade Ciências Humanas Sociais Aplicadas- FACSÃOOLUIS	<b>200</b>	200	3.256

Tabela 9.1 – Carga horária do curso de Administração na IES

Fonte: (pesquisa: jul a dez 2010 - site de cada IES)

Para que o Estágio transcorra em conformidade com a Lei nº 11.788/08 a IES tem como obrigação:

- I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso;
- II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional o educando;
- III – indicar professor orientador da área a ser desenvolvida no estágio como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório das atividades, do qual deverá constar visto do orientador da instituição de ensino e do supervisor da parte concedente; (§ 1º do art. 3º da Lei nº 11.788/2008)

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local, em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos.

(LEI nº 11.788, Art 7º, 2008)

Presume-se que são poucos os casos em que a IES tem sua estratégia montada de forma a seguir os ditames legais, não há uma preocupação constante com as regras, o foco se concentra na prática bem rápida do estágio, com poucos gastos e sem muita pressão.

Há que se pensar em uma mudança radical na dinâmica da relação da prática com a teoria em um programa de Estágio Supervisionado. Para que haja um equilíbrio entre as decisões estratégicas e operacionais na gestão do curso de Administração, é necessário que a atenção ao ambiente da IES, se considerando desde o aparato administrativo e tecnológico até as exigências legais, em que a Instituição se vê obrigada a mudar ou não a sua forma de trabalho numa tomada de decisão coerente com as práticas necessárias ao desempenho eficaz de alunos e professores no desenvolvimento de atividades tão importantes à formação do profissional.

Sabemos que falar em mudanças não é fácil em um ambiente acomodado e cheio de “acordos”, mas com a implementação de mudanças de forma graduada pode evitar as resistências e assim, se maximizar os resultados estabelecidos a partir de alguns critérios na determinação da formação profissional que se deseja alcançar.

Para a obtenção de resultados eficientes, é necessário que a mudança de atitude dos gestores tenha que acontecer num clima de total integração, envolvendo todos os membros participantes do programa de Estágio.

Em algumas organizações a mudança deixa de ser um instrumento que assusta e gera demissões para se diluir pelos níveis hierárquicos da organização em forma de solução dos problemas.

A busca da sintonia do currículo do curso proposto em relação às realidades interna e externa numa perspectiva globalizadora demonstra, *a priori*, como já frizado, que a elaboração, a revisão, a análise e a mudança curricular não podem se limitar a reformulação de grades curriculares e/ou à transposição de disciplinas de um semestre para outro e vice-versa. Envolve muito mais do que isso, ou seja, mudanças culturais, comportamentais, tecnológicas, técnico-estruturais e ambientais... (ANDRADE e AMBONI, p. 136, 2004)



Algumas mudanças são processadas dentro de um contexto burocrático condizente com as orientações do MEC, porém, nem sempre isso acontece, alguns gestores por não quererem sair do conforto em que se encontram, acabam por divulgar as normas de forma equivocada entre seus pares.

O modelo de gestão dos cursos de Administração aplicado na atualidade, talvez não esteja atendendo em sua totalidade aos parâmetros curriculares estabelecidos pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC porque vislumbra a qualidade produzindo apenas a quantidade.

E assim um dilema de estabelece. Quando o gestor do curso conhece muito sobre gerenciamento deixa a desejar no campo pedagógico, quando não, segue só a intuição, o que não é convencional na gestão moderna. Dessa forma, pode-se questionar a gestão dos programas de Estágio Supervisionado a partir do modelo vigente que requer, acima de tudo, uma mudança de atitude de seus gestores no que diz respeito ao controle e acompanhamento dentro e fora da IES.

## **10. METODOLOGIA**

Respeitando os critérios propostos por Vergara (2006), foram utilizados os seguintes métodos e tipos de pesquisa:

Quanto aos fins – descritiva, por apresentar determinado estado em que se encontra determinada população.

Quanto aos meios - pesquisa de campo porque se aplicou questionário a uma dada população. Bibliográfica por se fundamentar em conceitos relacionados ao tema abordado.

Documental por utilizar leis, decretos e pareceres como fonte de embasamento.

Considera-se como universo da pesquisa, 19(dezenove) Instituições de Ensino Superior que ofertam curso de Administração em regime regular, de um total de 19(dezenove) devidamente autorizados pelo MEC, Instituições estas, sediadas no Estado do Maranhão.

A amostra está composta de alunos dos últimos períodos matriculados no Estágio Supervisionado Obrigatório dos Cursos de Administração, distribuídos em 6(seis) Instituições da Capital – São Luis e 2(duas) Instituições do interior do Estado, num total de 8(oito) instituições que ofertam curso de Administração. A taxa de instituições investigadas é de 42,10% o que consideramos suficiente para dar consistência à pesquisa. Foram distribuídos 400 questionários para as Instituições/turmas selecionadas aleatoriamente (6º, 7º ou 8º período), ocorrendo um retorno de 125 devidamente respondidos. Obtendo assim, uma taxa de resposta de 31,25% do qual consideramos positivo e com validade para prosseguir a tabulação e análise dos resultados.

A coleta dos dados se deu a partir da aplicação de questionários com questões abertas e fechadas junto aos alunos (APÊNDICE). O questionário foi elaborado tendo em vista questões relativas ao cumprimento prático do estágio conforme a lei, questões relativas à Instituição de Ensino Superior e questões relativas à empresa campo de estágio, sendo aplicado em uma única fase. (APÊNDICE)

O método escolhido para a realização da pesquisa se deparou com algumas limitações relacionadas com a coleta dos dados. As limitações se concentraram em restrições das informações, pela reserva que cada Instituição impôs e pelo espaço territorial, impossibilitando aplicar os instrumentos a todos os alunos no universo de Instituições apresentado.

Os resultados dessa pesquisa estão apresentados na íntegra, sendo transcritas todas as perguntas fechadas ou abertas na forma que lhe deram origem, os comentários se fazem imediatamente presentes na análise comparativa dos resultados, levando em conta os pontos mais relevantes e pertinentes ao objetivo do estudo.

## **11. ANÁLISE DO ESTUDO**

### **11.1 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS**

A aplicação do questionário foi realizada apenas com os alunos regularmente matriculados no estágio supervisionado de cursos de administração já autorizados nas Instituições do Maranhão. A pesquisa foi aplicada em 08 (oito) Universidades/Faculdades

de um total de 19 (dezenove) Instituições de Ensino Superior que ofertam curso de Administração e devidamente credenciadas pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC.

*Questão nº 01*

O Estágio Supervisionado é importante para a sua formação?

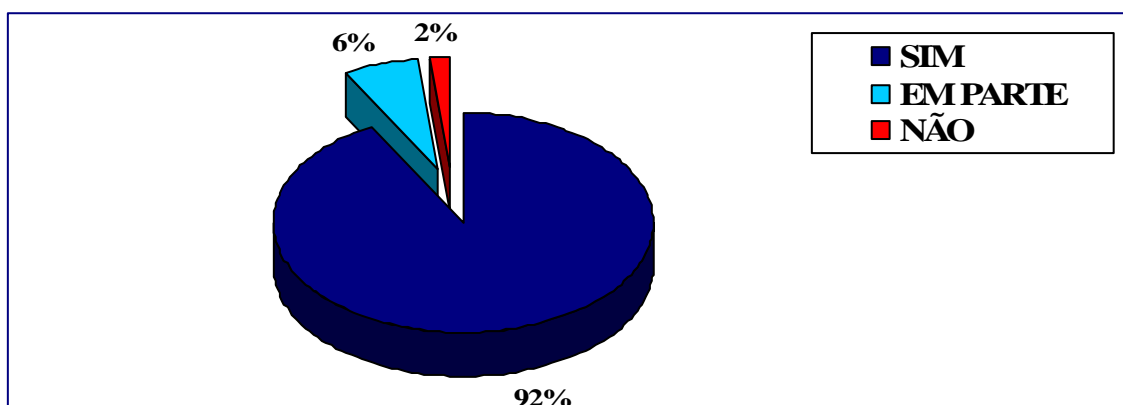


Gráfico 11.1 - Estágio é importante para a formação

Fonte: Pesquisa (jul a dez 2009)

Esta questão apresentou um resultado bastante claro, pois a grande maioria que foi de 92% afirmou que o Estágio é sim importante. Aponta para a consciência do aluno de que o cumprimento deste requisito curricular deverá se constituir num importante item na conquista de habilidades.

A apresentação de uma boa visão de que o Estágio tem uma parcela de importância significativa para a formação do Administrador passa a configurar a significância da prática para a construção de um profissional hábil e detentor de conhecimentos.

Por outro lado, 6% indicaram o item *em parte* e apenas 2% indicaram o item *não*. Neste caso, vale ressaltar que o nível de compreensão e também da conjuntura política de gerenciamento do curso podem levar o aluno a respostas não satisfatórias, o que pode não ser o caso também.

*Questão n° 02*

A sua Instituição de Ensino Superior – IES, tem Regulamento de Estágio?

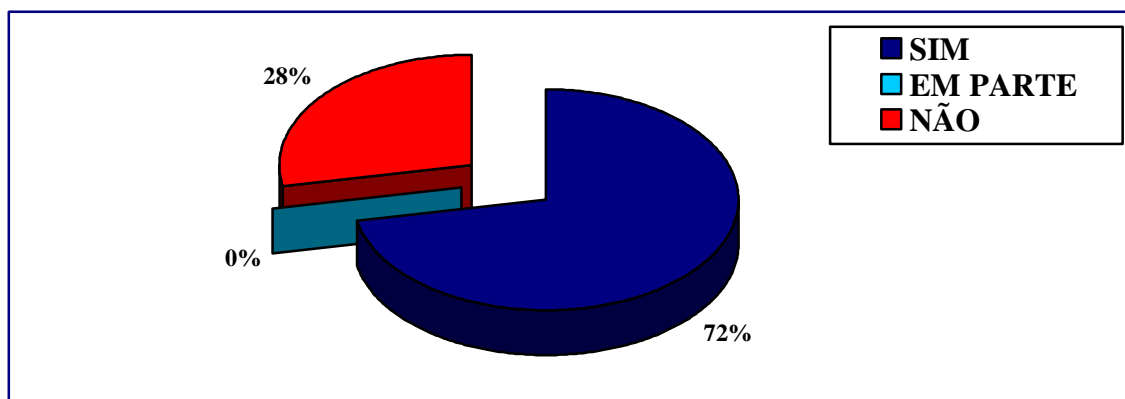


Gráfico 11.2 – IES tem regulamento de Estágio

Fonte: Pesquisa (jul a dez 2009)

Neste questionamento mais uma vez a maioria, 72% respondeu que a IES possui regulamento próprio de estágio, denotando uma preocupação da Instituição em atender uma exigência do Ministério da Educação e Cultura – MEC, que, através da Lei nº 11.788/08 exige a adequação do Estágio aos seus moldes através de regulamento e do projeto pedagógico do curso.

Em relação aos 28% que responderam *não*, pode levar em consideração que nem todos os alunos se interessam em buscar informações dessa natureza, não se descartando ainda, que exista possibilidade da IES não ter realmente um plano de Estágio definido.

*Questão n° 03*

Tem conhecimento sobre os Termos de Compromisso de Estágio firmados com outros órgãos cedentes?

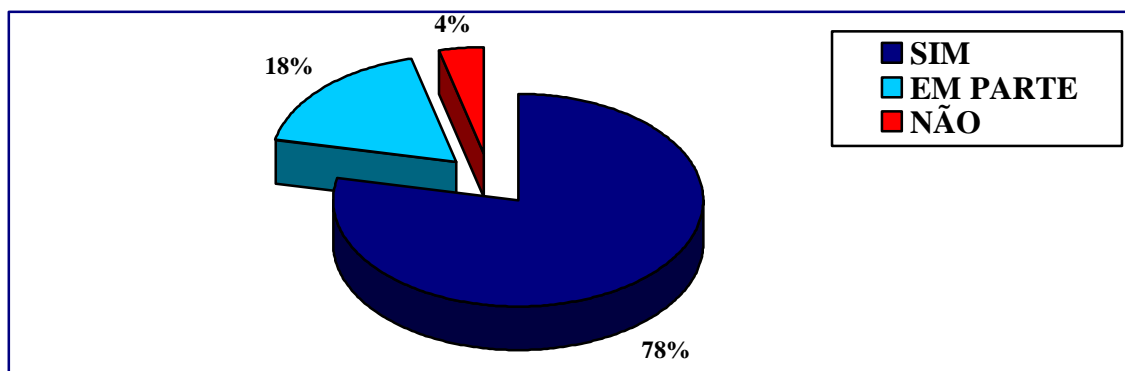


Gráfico 11.3 – Tem conhecimento sobre os termos de compromisso

Fonte: Pesquisa (jul a dez 2009)

Esta questão também apontou um resultado muito bem definido, onde o total de respondentes foi de 78% com resposta *sim*, alegando que tem conhecimento da existência de Convênio firmado com outros órgãos. Dos respondentes, 18% apontaram a opção *em parte*. Este item é de suma importância para o aluno, visto que sua capacidade de aprendizado depende em boa parte de um equilíbrio nas relações burocráticas estabelecidas pela Instituição com os órgãos cedentes de estágio na região. Ressalta-se que apenas 4% responderam que não conhecem sobre os termos de Convênio com órgãos cedentes de estágio.

A obrigatoriedade da existência de termo de compromisso está explicitada na Lei nº 11.788/08 em seu Artigo 7º inciso I.

#### Questão nº 04

Você conhece a lei do Estágio?

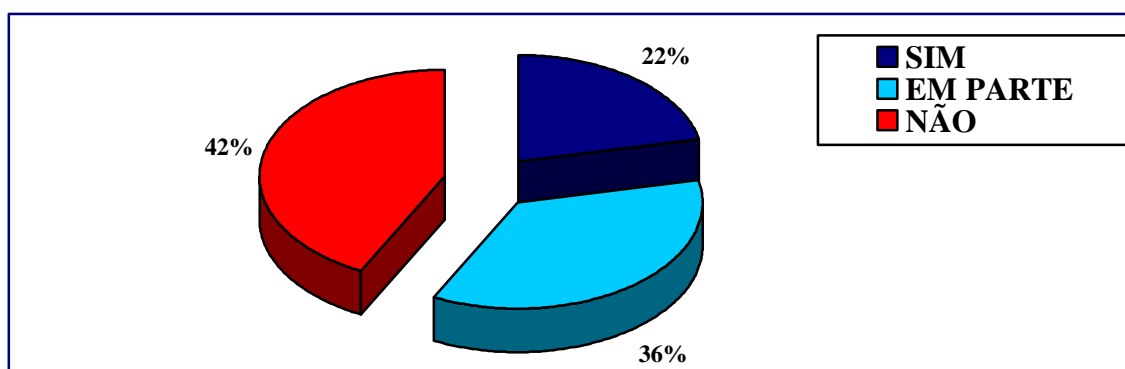


Gráfico 11.4 – Aluno conhece a lei do Estágio

Fonte: Pesquisa (jul a dez 2009)

Nesta questão nota-se a evidencia de que 22% conhecem a lei, 36% conhecem apenas *em parte*, num total de 58% saber da existência de uma lei que ampara e assegura direito a uma boa prática de Estágio, mesmo não sendo um percentual expressivo, denota uma forte conexão com a gestão do Estágio nas IES. No sentido contrário, 42% relataram *não* ter conhecimento da lei que rege o estágio, o que pode representar um número expressivo de alunos que ainda não buscaram ou ainda não foram devidamente informados.

#### Questão nº 05

Em sua opinião, a lei beneficia o aluno?

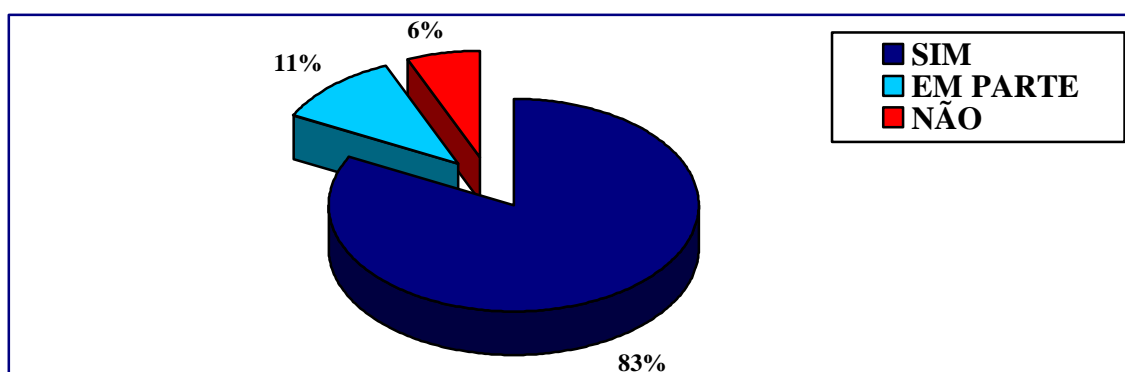


Gráfico 11.5 – a lei beneficia o aluno

Fonte: Pesquisa (jul a dez 2009)

Como resposta positiva 83% dos respondentes disseram que a lei beneficia o aluno, 11% responderam que a lei beneficia o aluno apenas em parte. Esta questão corrobora a confiança que aluno deposita nos dispositivos legais que acompanham o Estágio Supervisionado, contrariando, apenas 6% que apontaram que a lei *não* beneficia o aluno.

Nesse contexto, os resultados mostraram um amplo conhecimento do aluno sobre as leis, os regulamentos internos e a importância do Estágio para a formação profissional.

*Questão n° 06*

Você considera sua IES cumpridora do Estágio?

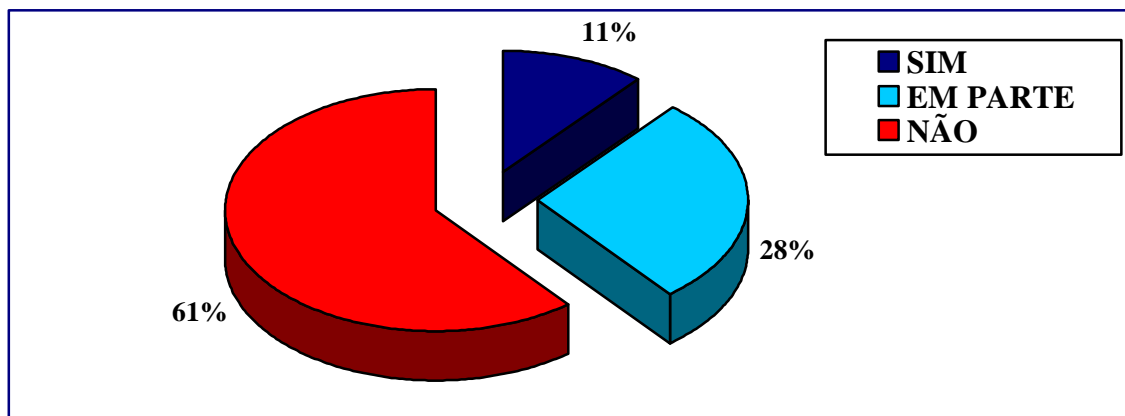


Gráfico 11.6 – Considera sua IES cumpridora do Estágio

Fonte: Pesquisa (jul a dez 2009)

Esta questão apresentou um resultado expressivo, em que 61% dos alunos responderam que a Instituição de Ensino Superior *não* cumpre o Estágio devidamente, 27% relataram que a Instituição cumpre apenas *em parte* o Estágio. Esta tendência é bastante elevada, tendo em vista o contexto maranhense de cumprimento das normas que regem o ensino superior, e, no caso, o Estágio Supervisionado, tendo em vista o grande número de formandos que se apresentam ao mercado a cada semestre.

Os instrumentos legais que regem o Estágio Supervisionado têm peso significativo para a avaliação dos cursos de Administração, e acima de tudo, notadamente, não dificulta nem preocupa os alunos, ficando evidenciado em respostas anteriores.

O descumprimento pode ocorrer por conveniências, não por dificuldades oferecidas pelo aluno ou pelos dispositivos legais.

No sentido contrário, 13% relataram que a IES é cumpridora do Estágio, talvez apontando para uma baixa significação do cumprimento do Estágio como realmente deve acontecer em sua prática.

*Questão n° 07*

A Lei do Estágio é seguida a rigor?

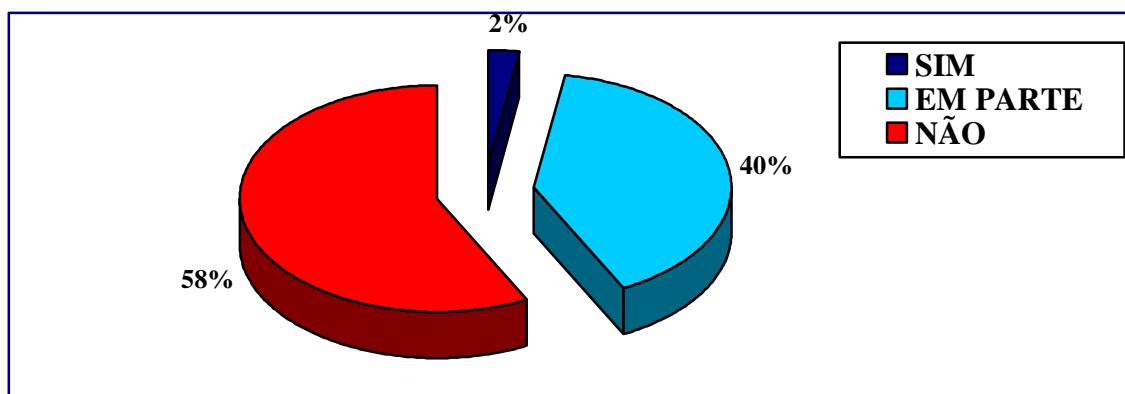


Gráfico 11.7 – Lei do Estágio é seguida a rigor

Fonte: Pesquisa (jul a dez 2009)

Neste questionamento, os resultados apresentados foram ainda mais contraditórios em que 58% dos alunos responderam que a lei do estágio *não* é seguida e que a lei é seguida apenas *em parte*, o percentual de respondentes foi 40%. Estas respostas confirmam a questão anterior com relação ao não cumprimento dos dispositivos legais por parte das Instituições de Ensino Superior. Por outro lado, apenas 5% dos respondentes apontaram que a Lei do estágio é seguida a rigor.

Vale ressaltar, que a lei do Estágio não foi questionada pelos alunos e muito menos a importância da sua existência para o alunado. Isto significa que o arcabouço teórico legal que rege o Estágio Supervisionado está em consonância com o que o aluno espera ser atendido, o que está em discordância talvez seja a forma de execução do estágio, ou seja, sua execução propriamente dita.

#### *Questão nº 08*

Em sua opinião, a execução do estágio diverge da Lei?



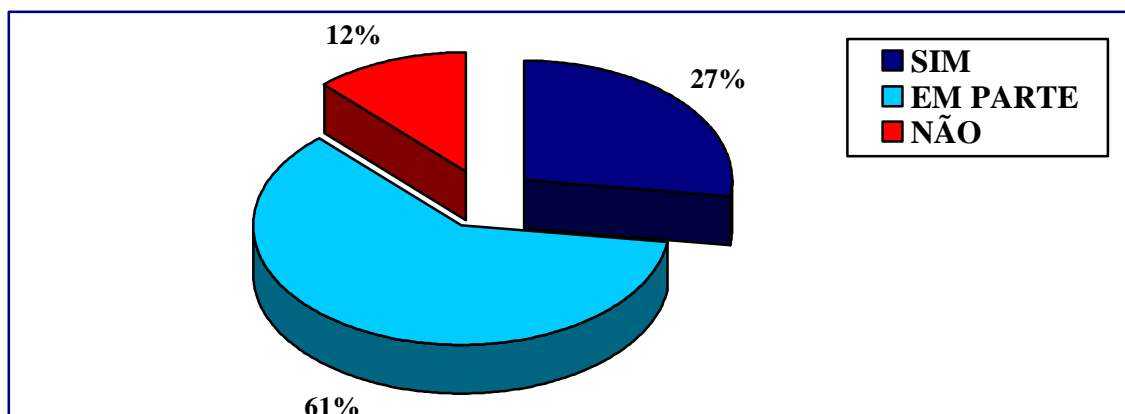


Gráfico 11.8 – Execução do estágio diverge da Lei

Fonte: Pesquisa (jul a dez 2009)

As respostas desta questão foram claramente definidas, 27% responderam *sim*, que a prática diverge da Lei e que *em parte* 61% a lei diverge da prática. É uma evidencia muito alta da divergência entre o que está na lei e o que vem ocorrendo de fato na execução do Estágio nas Universidades maranhenses. Somando estes itens, chega-se a um percentual de 88% de alguma divergência parcial ou total.

Considerando que a prática do estágio supervisionado acontece com um conjunto de ações e com profissionais da Instituição de Ensino Superior (Coordenador de Estágio e Orientador) e do Órgão cedente do estágio (Supervisor), espera-se um acompanhamento eficiente e rigoroso, no sentido de fazer com que o aluno apreenda bons conceitos e faça observações que contribuam para o andamento legal, ético, burocraticamente correto em seu estágio, para assim, absorver habilidades salutareas ao seu desempenho profissional.

Em contrapartida, 12% afirmou que *não* há divergências entre a Lei e a execução do estágio.

#### *Questão nº 09*

Quando acontece o inicio do estágio supervisionado?

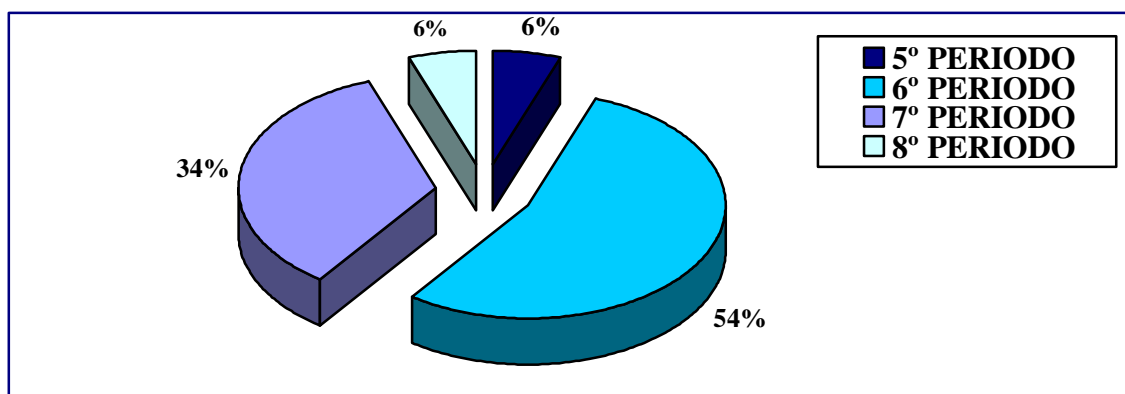


Gráfico 11.9 – Período de início do estágio supervisionado

Fonte: Pesquisa (jul a dez 2009)

A grande maioria 54% respondeu que o Estágio Supervisionado inicia-se no 6º período, outra parte, 34% respondeu que inicia-se a partir do 7º período, estes pertencem às instituições que ofertam o curso até o 8º semestre.

Nesta questão, as respostas mais concentradas com o início do estágio a partir do 6º período foram coerentes, em virtude de algumas faculdades ofertarem o curso de Administração com apenas 7 (sete) semestres, o que diverge atualmente da legislação que exige o mínimo de 8 (oito) semestres. Geralmente o Estágio acontece nos dois últimos períodos, o que não impede a instituição de ofertá-lo em três ou quatro etapas.

As Instituições que ofertam o curso em 7 semestres, alegam que, por força da lei já houve correção, e que logo se restabelecerá a oferta em 8 semestres.

#### Questão nº 10

Há discussão com alunos sobre a lei do estágio?

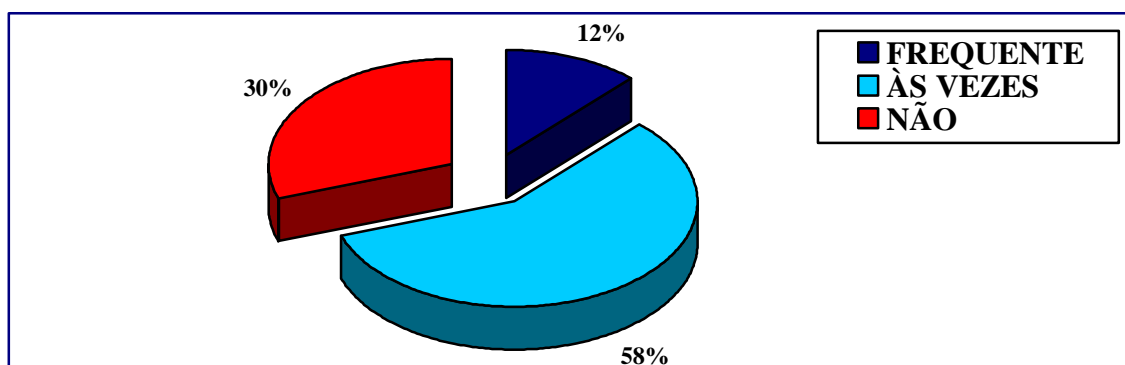


Gráfico 11.10 – Discussão sobre a lei do estágio

Fonte: Pesquisa (jul a dez 2009)

Quando perguntamos se há discussão com os alunos sobre a lei que rege o Estágio, 12% respondeu que é freqüente, 58% dos respondeu que ocorre às vezes e 30% respondeu que não.

Esta questão tem relação direta com a questão 04, em que as respostas apresentam uma ligeira confirmação sobre o que o aluno relatou quando se perguntou se conhece a lei do estágio. Naquela questão, 42% respondeu que não conhece, enquanto que nesta questão o percentual foi de 30% de alunos que relataram que não há discussão sobre a lei, portanto, bem próximo do índice anterior.

#### Questão nº 11

Qual lei do estágio o aluno conhece

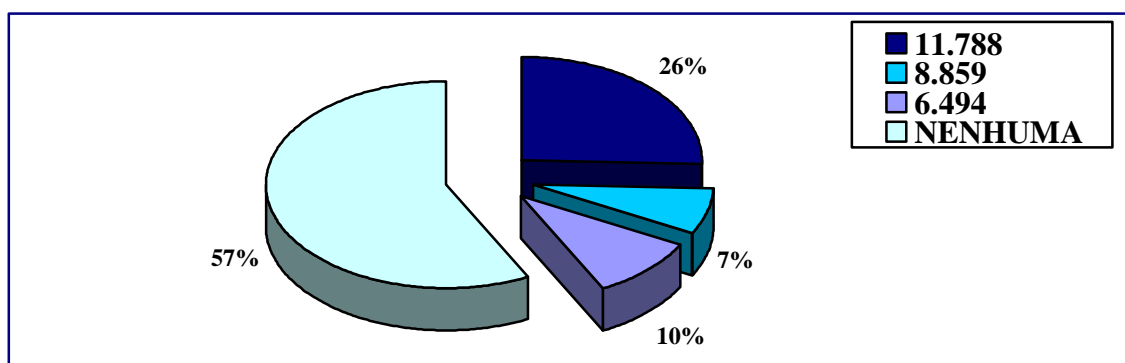


Gráfico 11.11 – Lei do estágio que o aluno conhece

Fonte: Pesquisa (jul a dez 2009)

Esta questão teve um resultado bem definido de que 57% dos alunos não têm qualquer conhecimento sobre a lei do Estágio, contra 26% que sabe claramente qual é a lei e outros 7% que citou uma lei anterior mais 10% que citou outra lei defasada.

Com esta questão, amplia-se a versão de que o aluno está mal informado sobre a lei ou que a discussão sobre a lei, questionada na *questão 10* onde há uma certa contradição, pois 58% dos que responderam que há discussão às vezes com os alunos, fica comprometida.

*Questão nº 12*

Em sua opinião a lei é cumprida por todos

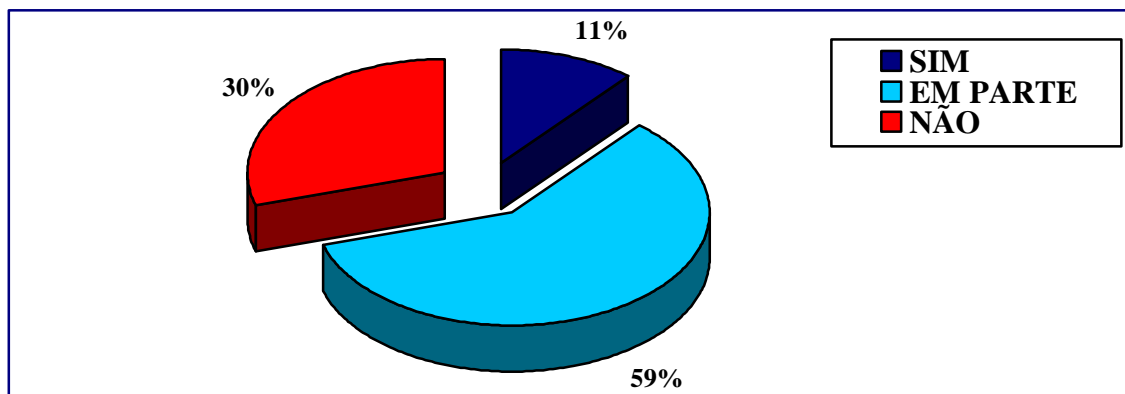


Gráfico 11.12 – Lei cumprida por todos

Fonte: Pesquisa (jul a dez 2009)

Quando indagamos sobre o cumprimento da lei por todos, 11% respondeu que *sim*, quando a grande maioria, 59% respondeu que cumpre apenas *em parte*, e 30% respondeu que *não*. De forma bem evidente, esta questão denuncia que poucas instituições estão levando a sério a lei que rege o Estágio, deixando de lado o aparato legal e flexibilizando o que não é para ser flexibilizado.

Na Lei nº 11.788/08, em seu Artigo 15, é citado que a manutenção de estagiário em desconformidade com esta lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária. Neste caso, o descumprimento total ou em parte, compromete a execução do estágio em conformidade com a lei.

*Questão nº 13*

Se na questão anterior respondeu **não** ou **em parte**, quem descumpre a lei

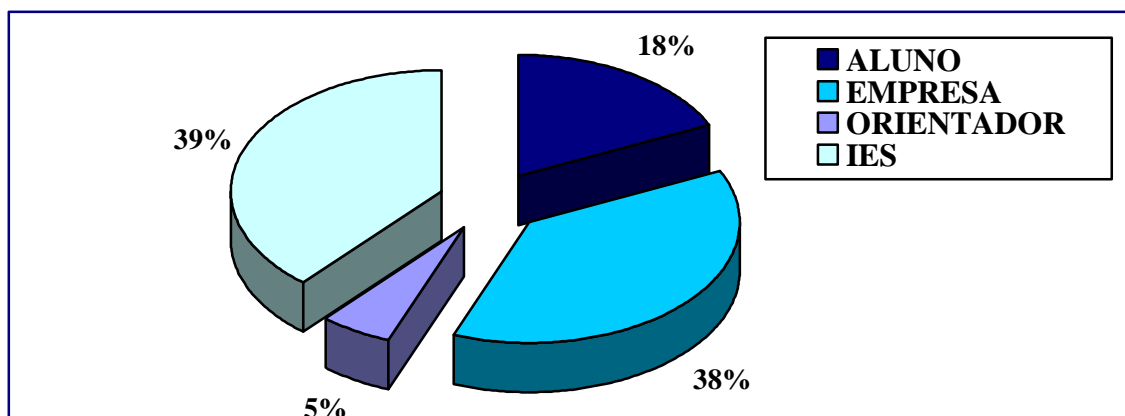


Gráfico 11.13 – Lei cumprida em parte ou não, quem descumpre

Fonte: Pesquisa (jul a dez 2009)

Nesta questão, dos respondentes que apontaram as questões que *não* e que *em parte* a lei é cumprida, num total de 111 respondentes, disseram que quem descumpe a lei é em 18% o aluno, em 38% o órgão cedente do estágio, em 5% o orientador e em 39% a instituição de ensino superior. Neste caso, apontaram com diferença mínima as instituições e os órgãos cedentes do estágio como descumpridores das normas do estágio. Mais uma vez, podemos apontar o quadro como preocupante, pois dá a entender que há um grande “faz de conta” na prática do Estágio Supervisionado, onde nos leva a supor que existe um pacto de apenas fazer registros e lançar notas no diário acadêmico.

#### Questão nº 14

Foi solicitada em cinco itens a atribuição de NOTA de 1 (mínima) a 10 (máxima) sobre como o Órgão Campo de Estágio contribui com o aluno:

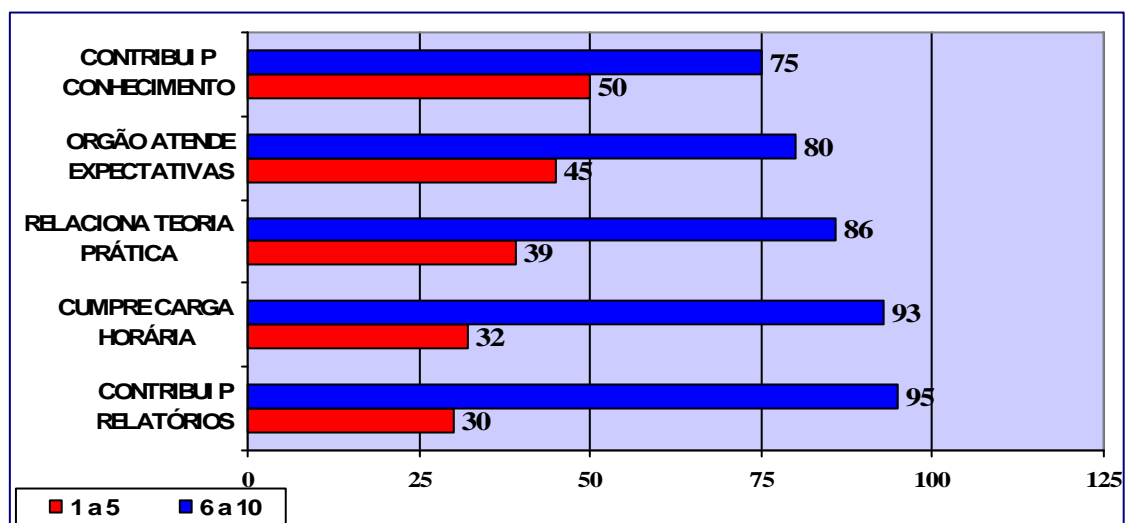


Gráfico 11.14 – Como o órgão cedente do estágio contribui

Fonte: Pesquisa (jul a dez 2009)

FATORES	Nota 1 a 5	Nota 1 a 5 %	Nota 6 a 10	Nota 6 a 10 %
ORGÃO CONTRIBUI PARA O CONHECIMENTO	50	40	75	60
ORGÃO CORRESPONDE ÀS EXPECTATIVAS	45	36	80	64
ESTÁGIO RELACIONA TEORIA COM A PRÁTICA	39	31	86	69
ALUNO CUMPRE CARGA HORÁRIA NA EMPRESA	32	26	93	74
CONTRIBUI PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS	30	24	95	76

Tabela 11.1 – Demonstração percentual de como o órgão cedente do estágio contribui

Fonte: Pesquisa (jul a dez 2009)

No item **ORGÃO CONTRIBUI PARA O CONHECIMENTO**, foi atribuída nota de média para inferior um percentual de 40% contra 60% de nota atribuída pelos alunos foi acima da média.

No item **ORGÃO CORRESPONDE ÀS EXPECTATIVAS**, foi atribuída nota de média para inferior um percentual de 36% contra 64% de nota atribuída pelos alunos foi acima da média.

No item **ESTÁGIO RELACIONA TEORIA COM A PRÁTICA**, foi atribuída nota de média para inferior um percentual de 31% contra 69% de nota atribuída pelos alunos foi acima da média.

No item **ALUNO CUMPRE CARGA HORÁRIA NA EMPRESA**, foi atribuída nota de média para inferior um percentual de 26% contra 74% de nota atribuída pelos alunos foi acima da média.

No item **CONTRIBUI PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS**, foi atribuída nota de média para inferior um percentual de 26% contra 74% de nota atribuída pelos alunos foi acima da média.

Os resultados desta questão foram totalmente favoráveis ao Órgão cedente do estágio, visto que em todos os fatores houve um percentual de notas acima da média que consideramos regular. Neste caso, aponta como sendo o órgão, um contribuinte, pelo menos em parte, da prática bem sucedida do estágio supervisionado. O que não o exime da questão anterior que fala sobre o cumprimento da lei.

#### *Questão nº 15*

Que sugestão você daria no sentido de melhorar a prática do estágio supervisionado?

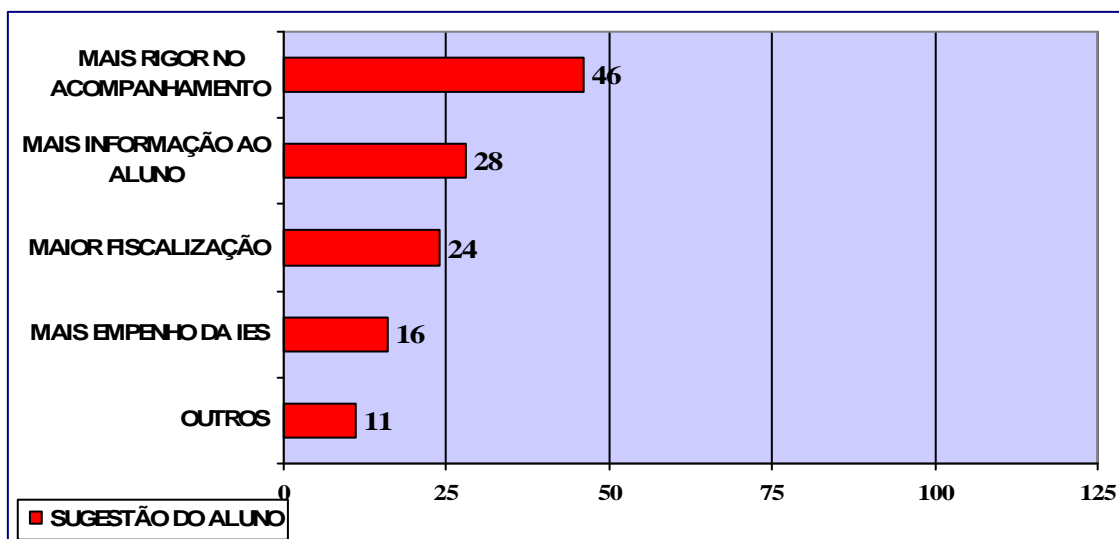


Gráfico 11.15 – Sugestão do aluno para melhorar o estágio

Fonte: Pesquisa (jul a dez 2009)

<b>FATORES</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>Percentuais</b>
MAIS RIGOR NO ACOMPANHAMENTO	46	<b>37%</b>
MAIS INFORMAÇÃO AO ALUNO	28	<b>22%</b>
MAIOR FISCALIZAÇÃO	24	<b>19%</b>
MAIS EMPENHO DA IES	16	<b>13%</b>
OUTROS	11	<b>9%</b>

Tabela 11.2 – Como o órgão cedente do estágio contribui

Nesta questão ficou evidenciada a fragilidade por parte da IES em aplicar o Estágio Supervisionado Obrigatório, pecando na eficiência, pois os próprios alunos reconhecem que o acompanhamento das práticas, a falta de informação e de compromisso com o que rege a lei do estágio está sendo negligenciada. A IES precisa, em caráter de urgência, gerar mecanismos que possam dotar agentes do estágio de informação, de empenho e compromisso em cumprir o que tem que ser cumprido, não pelo mero “fazer”, mas pelo atendimento de um requisito curricular tão importante que é o Estágio Curricular Obrigatório (estágio supervisionado).

## 12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cursos de Administração passaram por longas e consistentes reformas, atualmente o estágio supervisionado tem em conjunto com as atividades complementares um máximo de 20% (vinte por cento) da carga horária do curso que tem que ser de no mínimo 3.000 (três mil) horas, devidamente flexibilizada pelo MEC às realidades de cada Instituição de Ensino Superior – IES, respeitando suas contextualidades.

Sabe-se que o papel primordial da Universidade é fornecer ao aluno uma bagagem teórica diluída nas várias disciplinas ao longo do Curso, e o Estágio Supervisionado vem consolidar o aprendizado oportunizando ao aluno vivenciar



experiências a custos de observação da realidade organizacional, para assim, extrair do que apreendeu para aplicá-lo na realidade.

A discussão neste trabalho está assentada na prática propriamente dita do Estágio Supervisionado Obrigatório, prática esta, que em concordância com a Lei estará respaldando o aluno formando a acesso a conhecimentos específicos no campo da Administração.

Entendendo o estágio como um conteúdo curricular implementador da formação e desenvolvimento das competências e habilidades ao futuro administrador, sua prática deve ensinar o aprimoramento de atitudes no âmbito pessoal e profissional no sentido de buscar constante atualização e incentivo à descoberta das potencialidades do formando.

A análise dos dados desta pesquisa indica que o aparato legal do estágio tem plenas condições de atender a todas as partes envolvidas no estágio, desde a parte teórica com seus artigos até a relação pratica propriamente dita do estágio obrigatório dos cursos de administração.

Esta mesma análise aponta ainda, que as empresas cedentes do estágio estão correspondendo para o desenvolvimento das tarefas teóricas como relatórios, além de fornecer boas experiências para a construção de atitudes no âmbito profissional. Porém, 38% dos alunos responderam que os órgãos cedentes do estágio também não atendem na íntegra alguns dispositivos da lei nº 11.788/08, o que estabelece uma contradição, visto que em todas as outras questões, os alunos foram muito enfáticos em responder que os órgãos cedentes do estágio estão contribuindo para a consolidação dos desempenhos profissionais a que se propõe o estágio. Nesta mesma situação com o percentual de 39% encontram-se as Instituições de Ensino Superior.

Ressaltamos que as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de graduação em Administração instituída pelo Conselho Nacional de Educação através da Resolução nº 04/2005, em seu artigo 7º no 2º parágrafo, determina que as atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas em virtude dos resultados teóricos e práticos que aos poucos vão sendo desvendados pelo estagiário e que os responsáveis pelo acompanhamento, pela supervisão e avaliação possam considera-lo cumprido e concluído de fato.

A lei do estágio, em seu artigo 2º no parágrafo 3º aponta, de forma bem flexível, que a Instituição de Ensino Superior poderá equiparar ao estágio as atividades de iniciação científica, com as atividades de monitorias e até atividades de extensão, desde que citadas no projeto pedagógico do curso.

A solução mais provável seria incluir no projeto pedagógico do curso tal procedimento para evitar que alunos que trabalham e que não são liberados para estágio em outros órgãos, vislumbrem o descumprimento da execução como única saída e ao mesmo tempo evitaria que a instituição viesse a sofrer desgastes com o não cumprimento de um requisito curricular tão importante que é o estágio.

A lei do estágio, em toda a sua estrutura foi pensada e bem elaborada, com o intuito de atender aos alunos em todas as suas relações teórico-práticas de estudo e trabalho ofertando soluções nas condições mais diversificadas que o mercado de trabalho apresenta na atualidade.

Para finalizar estas considerações, lembramos que para solucionar algumas questões não requer modificar alguma lei ou correr risco burlando-a, mas requer uma simples mudança de atitude gerencial, neste caso da prática do estágio curricular obrigatório nos cursos de Administração no Estado do Maranhão, requer apenas uma tomada de decisão com a encorajadora iniciativa que todo administrador possui, podendo ser solucionada tendo em vista o que a lei permite e o que as diretrizes determinam com relação às atualizações ou modificações no Projeto Pedagógico do Curso considerando suas especificidades regionais e as relações abertas estabelecidas entre o Ministério da Educação e as Instituições de Ensino Superior.

## REFERÊNCIAS

**A Administração das Universidades; Relatório sumário de um Grupo de Trabalho sobre os Sistemas de Administração Universitária.** Trad. de Maria de Fátima Ramos Viana. Fortaleza, Edições UFC; 1981.

**A Gestão da Educação na Sociedade Mundializada: por uma nova cidadania.** Naura Syria Carapeto Ferreira (org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ANDRADE, RUI OTÁVIO BERNARDES DE e NÉRIO AMBONI. **Gestão de Cursos de Administração: metodologias e diretrizes curriculares.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

ANGRAD – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração. **ANAIS DO ENANGRAD: Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração. Tema: Fatores críticos no ensino de graduação em Administração.** São Paulo. 29 a 31 de agosto e 1 de setembro de 2001.

ANSOFF, H. Igor. **A nova estratégia empresarial.** Sanvicente – São Paulo: Atlas, 1990.

BERRÍOS, Rodrigo. **Mais competitividade no ensino.** América Economia, Santiago do Chile, n. 166, p. 53-55, set.1999.

BOTERF, G. **Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas.** In Carlos Rodrigues Brandão (org.). Repensando a pesquisa participante. 3ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

BRASIL. Secretaria de Ensino Superior. **O ensino superior no Brasil – 1974-1978;** relatório, Brasília, MEC/SESu/CODEAC, 1979.

BRASIL. **Presidência da República.** Lei nº 11.788 de 25 de dezembro de 2008: dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências.

BRASIL. **Presidência da República.** Lei nº 9.394 de 13 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Decreto-Lei** nº 4.769 de 9 de setembro de 1965: dispões sobre o exercício da profissão de Administrador e dá outras providências.

\_\_\_\_\_ Resolução nº 4 **MEC/CNE** de 13 de julho de 2005: institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação em Administração, bacharelado e dá outras providencias.

\_\_\_\_\_ Resolução nº 2 **MEC/CNE** de 18 de junho de 2007: dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

CHARLE, C; VERGER, J. **Historia das Universidades**. Trad. francês de Élcio Fernandes. São Paulo (Brasil): Editora da universidade Estadual de São Paulista, 1996.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FATIMA BAYMA. **Educação Corporativa: desenvolvendo e gerenciando competências**. Fundação Getulio Vargas. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2004.

**Gestão Democrática**. João Baptista Bastos (org.). Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2001.

**Gestão Educacional e Tecnologia** / organizadores: Alexandre Thomaz Vieira, Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida, Mirtes Alonso. São Paulo. Avercamp, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Ed Atlas, 1988.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo. Ed Atlas, 1987.

GOULART, IRIS BARBOSA. **Gestão de Instituição de Ensino Superior: teoria e prática**. Curitiba: Juruá, 2009.

GRACIOSO, Francisco. **Planejamento estratégico orientado para o mercado: como planejar o crescimento da empresa conciliando recursos e cultura com as oportunidades do ambiente externo**. 3ª edição. São Paulo, Atlas, 1996.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Educação Superior Brasileira: 1991-2004**. Brasília. INEP, 2006.

LEONARD-BARTON, D. **Nascentes do saber** – criando e sustentando as fontes de inovação. Tradução: H.B.S. Rocha e TCV. Vianna. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LIMA, Manolita Correia e OLIVO, Silvio (org.). **Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso. Na construção da competência gerencial do Administrador**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **ENSINO SUPERIOR: Coletânea de Legislação Básica**.

MINTZBERG, Henry. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Tradução Nivaldo Montingelli Jr. – Porto Alegre: Bookman, 2000.

MOREIRA, Daniel Augusto. Pesquisa em Administração: origens, usos e variantes do método fenomenológico. **Anais**. ENANPAD, 2002.

NASCIMENTO, Maria Nadir. **Terra das Palmeiras: geografia e história do Maranhão**. São Paulo: FTD, 1996.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: metodologia e práticas**. 11ª edição. São Paulo: Atlas, 1997.

Organização Universitária Interamericana. **A Gestão da Universidade Brasileira: a visão dos reitores**. Piracicaba: Editora Unimep, 1995.

**Política e Gestão da Educação. Dois olhares/** Lourdes Marcelino Machado e Naura Syria Carapeto Ferreira (orgs) – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **Administração acadêmica: a teoria e métodos**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

**RAE** eletrônica. Vol. 4 nº 1. São Paulo jan/jun 2005. Artigo de Paulo N. Figueiredo.

**Revista Brasileira de Inovação**. Vol. 3 nº 2. jul/dez 2004. Artigo de Paulo N. Figueiredo.

RIBEIRO, MARIA DAS GRAÇAS M. **Educação superior brasileira: reforma e diversificação institucional**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

SAMPAIO, HELENA MARIA SANT'ANA. **O ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000.

SANTOS, HÉLIO TADEU MARTINS DOS. **Gestão de Carreiras na sociedade do conhecimento: uma análise de suas características no Brasil**. Dissertação – Escola Brasileira de Administração Pública, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. 2001.

SILVA JR., JOÃO DOS REIS. SGUISSARDI, VALDEMAR. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil – Reformas do Estado e Mudanças na produção**. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

TACHIZAWA, TAKESHY. **Gestão de Instituições de Ensino**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez/autores associados, 1998.

TOHÁ, Carolina; SOLARI, Ricardo. **Novas tendências do estado e gerência pública**. In: Revista do Serviço público, V..3 Set/Dez, 1997.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Teoria e prática educacional – da técnica à ética**. Revista fórum educacional. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Legalidade das Instituições de Ensino Superior. Disponível em: [www.mundovestibular.com.br/](http://www.mundovestibular.com.br/). Acesso em: 08 jul. 2009.

Faculdade Atenas Maranhense de Imperatriz – FAMA. Grade Curricular. Disponível em: [www.famaitz.edu.br](http://www.famaitz.edu.br). Acesso em: 30 jul. 2009.

Faculdade de Educação de Bacabal - FAESF. Grade Curricular. Disponível em: [www.febac.com.br](http://www.febac.com.br). Acesso em: 11 jul. 2009.

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – FACSÃOOLUIS. Grade Curricular. Disponível em: [www.facsao Luis.br](http://www.facsao Luis.br). Acesso em: 11 jul. 2009.

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Grade Curricular. Disponível em: [www.uema.br](http://www.uema.br). Acesso em: 18 jul. 2009.

Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Grade Curricular. Disponível em: [www.ufma.br](http://www.ufma.br). Acesso em: 18 jul. 2009.

Faculdade de Imperatriz - FACIMP. Grade Curricular. Disponível em: [www.facimp.edu.br](http://www.facimp.edu.br). Acesso em: 30 jul. 2009.

Unidade de Ensino do Sul do Maranhão – UNISULMA. Grade Curricular. Disponível em: [www.unisulma.edu.br](http://www.unisulma.edu.br). Acesso em: 30 jul. 2009.

Centro Universitário do Maranhão – UNICEUMA. Grade Curricular. Disponível em: [www.ceuma.br](http://www.ceuma.br). Acesso em: 30 jul. 2009.

Faculdade Pitágoras de São Luis – PITÁGORAS. Grade Curricular. Disponível em: [www.faculdadepitagoras.com.br](http://www.faculdadepitagoras.com.br). Acesso em: 11 ago. 2009.

Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB. Grade Curricular. Disponível em: [www.undb.com.br](http://www.undb.com.br). Acesso em: 11 ago. 2009.

Faculdade do Vale do Itapecurú – FAI. Grade Curricular. Disponível em: [www.faionline.com.br](http://www.faionline.com.br). Acesso em: 11 ago. 2009.

Faculdade São José – FSJ. Grade Curricular. Disponível em: [www.sjc.edu.br](http://www.sjc.edu.br). Acesso em: 11 ago. 2009.

Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Grade Curricular. Disponível em: [www.unibalsas.edu.br](http://www.unibalsas.edu.br). Acesso em: 25 ago. 2009.

Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP. Grade Curricular. Disponível em: [www.fapeduca.com.br](http://www.fapeduca.com.br). Acesso em: 25 ago. 2009.

Faculdade de Educação São Francisco – FAESF. Grade Curricular. Disponível em: [www.faesf.com.br](http://www.faesf.com.br). Acesso em: 25 ago. 2009.

Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão – FACEMA. Grade Curricular. Disponível em: [www.facema.edu.br](http://www.facema.edu.br). Acesso em: 25 ago. 2009.

Faculdade Atenas Maranhense de São Luis – FAMA. Grade Curricular. Disponível em: [www.fama.br](http://www.fama.br). Acesso em: 25 ago. 2009.

Faculdade Cândido Mendes do Maranhão – FACAM. Grade Curricular. Disponível em: [www.facam-ma.com.br](http://www.facam-ma.com.br). Acesso em: 25 ago. 2009.

Faculdade Santa Terezinha – CEST. Grade Curricular. Disponível em: [www.cest.edu.br](http://www.cest.edu.br). Acesso em: 20 set. 2009.

## **APÊNDICES**



(Questionário aplicado aos alunos)

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS – FGV**  
**MESTRADO EM GESTÃO EMPRESARIAL**

Prezado(a) Aluno(a),

Visando investigar a relação teórico/prática do Estágio Supervisionado Obrigatório dos cursos de administração do Maranhão, solicitamos vossa colaboração em responder com o máximo de sinceridade e brevidade os questionamentos. Fico muito grato.

1. Você considera o Estágio importante para a formação do perfil profissional do formando?  
☐ )SIM                      ☐ )NÃO                      ☐ )IRRELEVANTE
2. Sua IES possui regulamento de estágio?  
☐ )SIM                      ☐ )NÃO                      ☐ )ESTÁ EM ELABORAÇÃO
3. É realizado termo de compromisso entre sua IES e as ORGANIZAÇÕES CEDENTES?  
☐ )SIM                      ☐ )NÃO                      ☐ )NÃO SEI
4. Você conhece a lei do estágio?  
☐ )SIM                      ☐ )NÃO                      ☐ )EM PARTE
5. Em sua opinião, como a lei do estágio está beneficiando o aluno?
  
6. Você considera a sua IES:  
☐ )Cumpridora da lei do estágio  
☐ )Cumpre apenas em parte  
☐ )Não cumpre o estágio
7. Para você a lei do estágio é seguida a rigor:  
☐ )SIM                      ☐ )NÃO                      ☐ )EM PARTE
8. Para você a prática do estágio diverge da lei que o rege?  
☐ )SIM                      ☐ )NÃO                      ☐ )EM PARTE
9. A partir de qual período do curso é ofertado o estágio obrigatório?

( ) 5º período      ( ) 6º período      ( ) 7º período      ( ) 8º período

10. Há discussão junto aos alunos sobre o regulamento do Estágio?

( ) NÃO              ( ) ÀS VEZES      ( ) FREQUENTEMENTE

11. Qual(is) lei(s) de estágio você conhece?

( ) Lei n. 11.788      ( ) Lei n. 6.494      ( ) Lei n. 8.859      ( ) NENHUMA

12. Em sua opinião, a lei do estágio está sendo cumprida?

( ) SIM              ( ) NÃO              ( ) EM PARTE

13. Caso a resposta seja **não** ou **em parte**, a quem você atribui a falta de cumprimento do estágio?

( ) IES              ( ) ALUNOS      ( ) ORIENTADOR      ( ) ORGANIZAÇÕES

14. Atribua nota mínima ou nota de 01 (mínima) a 10 (máxima) às questões sobre o Estágio no órgão cedente:

FATORES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Está contribuindo com a formação profissional										
O campo de estágio corresponde à formação										
Consegue relacionar aprendizado com a prática										
Cumprimento eficiente da Carga Horária										
Elabora relatórios dentro de prazos										

15. O que você sugere como alteração para melhoria da prática do estágio?

## **ANEXOS**

ANEXO 1  
(Diretrizes Curriculares dos Cursos de Administração)

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005. <sup>(\*)</sup>**

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de  
Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.

**O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES nºs 776/97 e 583/2001, bem como considerando o que consta dos Pareceres CNE/CES nºs 67/2003; 134/2003, 210/2004 e 23/2005, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, em 2/6/2003, 9/9/2003, 24/9/2004 e 3/6/2005, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior em sua organização curricular.

Art. 2º A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade, como Trabalho de Curso, componente opcional da instituição, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

§ 1º O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Administração, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

---

<sup>(\*)</sup> Resolução CNE/CES 4/2005. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2005, Seção 1, p. 26

VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

X - concepção e composição das atividades complementares; e,

XI - inclusão opcional de trabalho de curso sob as modalidades monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

§ 2º Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

§ 3º As Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Administração não constituem uma extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação, devendo as mesmas constar apenas no Projeto Pedagógico.

Art. 3º O Curso de Graduação em Administração deve ensinar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

Art. 4º O Curso de Graduação em Administração deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

II - desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

III - refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

IV - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

V - ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

VI - desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;

VII - desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações; e

VIII - desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

Art. 5º Os cursos de graduação em Administração deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;

II - Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;

III - Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração; e

IV - Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Administração estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual, regime seriado semestral, sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências da Administração.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos, gradualmente reveladas pelo aluno, até que os responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular possam

considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Optando a instituição por incluir no currículo do Curso de Graduação em Administração o Estágio Supervisionado de que trata este artigo deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente.

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º O Trabalho de Curso é um componente curricular opcional da Instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Administração o Trabalho de Curso, nas modalidades referidas no *caput* deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu conselho superior acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 10. A carga horária mínima dos cursos de graduação será estabelecida em Resolução da Câmara de Educação Superior.

Art. 11. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das DCN aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta.

Art. 12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução CFE nº 2, de 4 de outubro de 1993, e a Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2004.

EDSON DE OLIVEIRA NUNES

**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

[LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.](#)

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO**

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.



§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

- I – identificar oportunidades de estágio;
- II – ajustar suas condições de realização;
- III – fazer o acompanhamento administrativo;
- IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;
- V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

## CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

### CAPÍTULO III DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

#### CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

## CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;

II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;

III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;

IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428. ....

[§ 1º](#) A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

.....

[§ 3º](#) O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

.....

[§ 7º](#) Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.” (NR)

Art. 20. O art. 82 da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“[Art. 82.](#) Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as [Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977](#), e [8.859, de 23 de março de 1994](#), o [parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), e o [art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001](#).

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Fernando Haddad*  
*André Peixoto Figueiredo Lima*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.9.2008

## ANEXO 3

(Resolução 02/2007 – Carga Horária mínima do curso de Administração)

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR  
RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007 (\*) (\*\*)**

*Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.*

**O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação**, tendo em vista o disposto no art. 9º, do § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fulcro no Parecer CNE/CES nº 8/2007, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 13 de junho de 2007, RESOLVE:

Art. 1º Ficam instituídas, na forma do Parecer CNE/CES nº 8/2007, as cargas horárias mínimas para os cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, constantes do quadro anexo à presente.

Parágrafo único. Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior, para o atendimento do art. 1º, deverão fixar os tempos mínimos e máximos de integralização curricular por curso, bem como sua duração, tomando por base as seguintes orientações:

I – a carga horária total dos cursos, ofertados sob regime seriado, por sistema de crédito ou por módulos acadêmicos, atendidos os tempos letivos fixados na Lei nº 9.394/96, deverá ser dimensionada em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo;

II – a duração dos cursos deve ser estabelecida por carga horária total curricular, contabilizada em horas, passando a constar do respectivo Projeto Pedagógico;

III – os limites de integralização dos cursos devem ser fixados com base na carga horária total, computada nos respectivos Projetos Pedagógicos do curso, observados os limites estabelecidos nos exercícios e cenários apresentados no Parecer CNE/CES nº 8/2007, da seguinte forma:

a) Grupo de Carga Horária Mínima de 2.400h:

Limites mínimos para integralização de 3 (três) ou 4 (quatro) anos.



b)Grupo de Carga Horária Mínima de 2.700h:

Limites mínimos para integralização de 3,5 (três e meio) ou 4 (quatro) anos.

c)Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.000h e 3.200h:

Limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos.

d)Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.600 e 4.000h:

Limite mínimo para integralização de 5 (cinco) anos.

e)Grupo de Carga Horária Mínima de 7.200h:

Limite mínimo para integralização de 6 (seis) anos.

IV – a integralização distinta das desenhadas nos cenários apresentados nesta Resolução poderá ser praticada desde que o Projeto Pedagógico justifique sua adequação.

Art. 3º O prazo para implantação pelas IES, em quaisquer das hipóteses de que tratam as respectivas Resoluções da Câmara de Educação Superior do CNE, referentes às Diretrizes Curriculares de cursos de graduação, bacharelados, passa a contar a partir da publicação desta.

Art. 4º As Instituições de Educação Superior devem ajustar e efetivar os projetos pedagógicos de seus cursos aos efeitos do Parecer CNE/CES nº 8/2007 e desta Resolução, até o encerramento do ciclo avaliativo do SINAES, nos termos da Portaria Normativa nº 1/2007, bem como atender ao que institui o Parecer CNE/CES nº 261/2006, referente à hora-aula.

Art. 5º As disposições desta Resolução devem ser seguidas pelos órgãos do MEC nas suas funções de avaliação, verificação, regulação e supervisão, no que for pertinente à matéria desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos Caruso Ronca  
Presidente da Câmara de Educação Superior

ANEXO (Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007)

**Carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial**

***Curso Carga Horária Mínima***

*Administração* 3.000

*Agronomia* 3.600

*Arquitetura e Urbanismo* 3.600

*Arquivologia* 2.400

*Artes Visuais* 2.400

*Biblioteconomia* 2.400

*Ciências Contábeis* 3.000

*Ciências Econômicas* 3.000

*Ciências Sociais* 2.400

*Cinema e Audiovisual* 2.700

*Computação e Informática* 3.000

*Comunicação Social* 2.700

*Dança* 2.400

*Design 2.400*  
*Direito 3.700*  
*Economia Doméstica 2.400*  
*Engenharia Agrícola 3.600*  
*Engenharia de Pesca 3.600*  
*Engenharia Florestal 3.600*  
*Engenharias 3.600*  
*Estatística 3.000*  
*Filosofia 2.400*  
*Física 2.400*  
*Geografia 2.400*  
*Geologia 3.600*  
*História 2.400*  
*Letras 2.400*  
*Matemática 2.400*  
*Medicina 7.200*  
*Medicina Veterinária 4.000*  
*Meteorologia 3.000*  
*Museologia 2.400*  
*Música 2.400*  
*Oceanografia 3.000*  
*Odontologia 4.000*  
*Psicologia 4.000*  
*Química 2.400*  
*Secretariado Executivo 2.400*  
*Serviço Social 3.000*  
*Sistema de Informação 3.000*  
*Teatro 2.400*  
*Turismo 2.400*  
*Zootecnia 3.600*

ANEXO 4

(LEI nº 4.769/05 regulamenta profissão de Administrador)

**LEI Nº 4.769, DE 9 DE SETEMBRO DE 1965**

**Dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador e dá outras providências**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O Grupo da Confederação Nacional das Profissões Liberais, constante do Quadro de Atividades e Profissões, anexo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, é acrescido da categoria profissional de Administrador.

**Parágrafo único** - Terão os mesmos direitos e prerrogativas dos bacharéis em Administração, para o provimento dos cargos de Administrador do Serviço Público Federal, os que hajam sido diplomados no exterior, em cursos regulares de Administração, após a revalidação dos diplomas no Ministério da Educação, bem como os que, embora não diplomados ou diplomados em outros cursos de ensino superior e médio, contem cinco anos, ou mais, de atividades próprias ao campo profissional do Administrador.

**Art. 2º** - A atividade profissional de Administrador será exercida, como profissão liberal ou não, mediante:

- a) pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, chefia intermediária, direção superior;
- b) pesquisas, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da Administração, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esses desdobrem ou aos quais sejam conexos.

**Art. 3º** - O exercício da profissão de Administrador é privativo:

- a) dos bacharéis em Administração Pública ou de Empresas, diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior, oficial, oficializado ou reconhecido, cujo currículo seja fixado pelo Conselho Federal de Educação, nos termos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961;
- b) dos diplomados no exterior, em cursos regulares de Administração, após a revalidação do diploma no Ministério da Educação, bem como dos diplomados, até a fixação do referido currículo, por cursos de bacharelado em Administração, devidamente reconhecidos;
- c) dos que, embora não diplomados nos termos das alíneas anteriores, ou diplomados em outros cursos superiores e de ensino médio, contem, na data da vigência desta Lei, cinco anos, ou mais, de atividades próprias no campo profissional de Administrador definido no art. 2º.

Parágrafo único - A aplicação deste artigo não prejudicará a situação dos que , até a data da publicação desta Lei, ocupem o cargo de Administrador os quais gozarão de todos os direitos e prerrogativas estabelecidas neste diploma legal.

**Art. 4º** - Na administração pública, autárquica, é obrigatória, a partir da vigência desta Lei, a apresentação de diploma de Bacharel em Administração, para o provimento e exercício de cargos técnicos de administração, ressalvados os direitos dos atuais ocupantes de cargos de Administrador.

§ 1º - Os cargos técnicos a que se refere este artigo serão definidos no regulamento da presente Lei, a ser elaborado pela junta Executiva, nos termos do artigo 18.

§ 2º - A apresentação do diploma não dispensa a prestação de concurso, quando exigido para o provimento do cargo.

**Art. 5º** - Aos Bacharéis em Administração é facultada a inscrição nos concursos para provimento das cadeiras de Administração, existentes em qualquer ramo do ensino técnico ou superior, e nas dos cursos de Administração.

**Art. 6º** - São criados o Conselho Federal de Administração (CFA) e os Conselhos Regionais de Administração (CRAs), constituindo em seu conjunto uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Trabalho.

**Art. 7º** - O Conselho Federal de Administração, com sede em Brasília, Distrito Federal, terá por finalidade:

- a) propugnar por uma adequada compreensão dos problemas administrativos e sua racional solução;
- b) orientar e disciplinar o exercício da profissão de Administrador;
- c) elaborar seu regimento interno;
- d) dirimir dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais;
- e) examinar, modificar e aprovar os regimentos internos dos Conselhos Regionais;
- f) julgar, em última instância, os recursos de penalidades impostas pelo CRA;
- g) votar e alterar o Código de Deontologia Administrativa, bem como zelar pela sua fiel execução, ouvidos os CRAs;
- h) aprovar anualmente o orçamento e as contas da autarquia;
- i) promover estudos e campanhas em prol da racionalização administrativa do país.

**Art. 8º** - Os Conselhos Regionais de Administração, com sede nas capitais dos Estados e no Distrito Federal, terão por finalidade:

- a) dar execução às diretrizes formuladas pelo Conselho Federal de Administração;
- b) fiscalizar, na área da respectiva jurisdição, o exercício da profissão de Administrador;
- c) organizar e manter o registro de Administrador;
- d) julgar as infrações e impor as penalidades referidas nesta Lei;
- e) expedir as carteiras profissionais dos Administradores;
- f) elaborar o seu regimento interno para exame e aprovação pelo CFA.

**Art. 9º** - O Conselho Federal de Administração compor-se-á de brasileiros natos ou naturalizados, que satisfaçam as exigências desta Lei, e será constituído por tantos membros

efetivos e respectivos suplentes quantos forem os Conselhos Regionais, eleitos em escrutínio secreto e por maioria simples de votos nas respectivas regiões.

**Parágrafo único** - Dois terços, pelo menos, dos membros efetivos, assim como dos membros suplentes, serão necessariamente bacharéis em Administração, salvo nos Estados em que, por motivos relevantes, isto não seja possível.

**Art. 10** - A renda do CFA é constituída de:

- a) vinte por cento (20%) da renda bruta dos CRAs, com exceção dos legados, doações ou subvenções;
- b) doações e legados;
- c) subvenções dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, ou de empresas e instituições privadas;
- d) rendimentos patrimoniais;
- e) rendas eventuais.

**Art. 11** - Os Conselhos Regionais de Administração com até doze mil Administradores inscritos, em gozo de seus direitos profissionais, serão constituídos de nove membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos da mesma forma estabelecida para o Conselho Federal.

**§ 1º** - Os Conselhos Regionais de Administração com número de Administradores inscritos superior ao constante do caput deste artigo poderão, através de deliberação da maioria absoluta do Plenário e em sessão específica, criar mais uma vaga de Conselheiro efetivo e respectivo suplente para cada contingente de três mil Administradores excedente de doze mil, até o limite de vinte e quatro mil.

**Art. 12** - A renda dos CRAs será constituída de:

- a) oitenta por cento (80%) da anuidade estabelecida pelo CFA e revalidada trienalmente;
- b) rendimentos patrimoniais;
- c) doações e legados;
- d) subvenções e auxílios dos Governo Federal, Estaduais e Municipais, ou, ainda, de empresas e instituições particulares;
- e) provimento das multas aplicadas;
- f) rendas eventuais.

**Art. 13** - Os mandatos dos membros do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Administração serão de quatro anos, permitida uma reeleição.

**Parágrafo único** - A renovação dos mandatos dos membros dos Conselhos referidos no caput deste artigo será de um terço e dois terços, alternadamente, a cada biênio.

**Art. 14** - Só poderão exercer a profissão de Administrador os profissionais devidamente registrados nos CRAs, pelos quais será expedida a carteira profissional.

**§ 1º** - A falta do registro torna ilegal, punível, o exercício da profissão de Administrador.

**§ 2º** - A carteira profissional servirá de prova, para fins de exercício profissional, de carteira de identidade e terá fé em todo o território nacional.

**Art. 15** - Serão obrigatoriamente registrados nos CRAs as empresas, entidades e escritórios técnicos que explorem, sob qualquer forma, atividades de Administrador (\*), enunciadas nos termos desta Lei.

**Parágrafo único** - O registro a que se refere este artigo será feito gratuitamente pelos CRAs.

**Art. 16º** - Os Conselhos Regionais de Administração aplicarão penalidades aos infratores dos dispositivos desta Lei, as quais poderão ser:

- a) multa de 5% (cinco por cento) a 50% (cinquenta por cento) do maior salário mínimo vigente no País aos infratores de qualquer artigo;
- b) suspensão de seis meses a um ano ao profissional que demonstrar incapacidade técnica no exercício da profissão, assegurando-lhe ampla defesa;
- c) suspensão, de um a cinco anos, ao profissional que, no âmbito de sua atuação, for responsável, na parte técnica, por falsidade de documento, ou por dolo, em parecer ou outro documento que assinar.

**Parágrafo único** - No caso de reincidência da mesma infração, praticada dentro do prazo de cinco anos, após a primeira, além da aplicação da multa em dobro, será determinado o cancelamento do registro profissional.

**Art. 17** - Os Sindicatos e Associações Profissionais de Administradores cooperarão com o CFA para a divulgação das modernas técnicas de Administração, no exercício da profissão.

**Art. 18** - Para promoção das medidas preparatórias à execução desta Lei, será constituída por decreto do Presidente da República, dentro de 30 dias, uma junta Executiva integrada de dois representantes indicados pelo DASP, ocupantes de cargos de Administrador; de dois bacharéis em Administração, indicados pela Fundação Getúlio Vargas; de três bacharéis em Administração, representantes das Universidades que mantenham curso superior de Administração, um dos quais indicado pela Fundação Universidade de Brasília e os outros dois por indicação do Ministro da Educação.

**Parágrafo único** - Os representantes de que trata este artigo serão indicados ao Presidente da República em lista dúplice.

**Art. 19** - À Junta Executiva de que trata o artigo anterior caberá:

- a) elaborar o projeto de regulamento da presente Lei e submetê-lo à aprovação do Presidente da República;
- b) proceder ao registro, como Administrador, dos que o requererem, nos termos do art. 3º;
- c) estimular a iniciativa dos Administradores na criação de Associações Profissionais e Sindicatos;
- d) promover, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, a realização das primeiras eleições para a formação do Conselho Federal de Administração (CFA) e dos Conselhos Regionais de Administração (CRAs).

§ 1º - Será direta a eleição de que trata a alínea "d" deste artigo, nela votando todos os que foram registrados, nos termos da alínea "b".

§ 2º - Ao formar-se o CFA, será extinta a Junta Executiva, cujo acervo e cujos cadastros serão por ele absorvidos.

**Art. 20** - O disposto nesta Lei só se aplicará aos serviços municipais, às empresas privadas e às autarquias e sociedades de economia mista dos Estados e Municípios após a comprovação, pelos Conselhos de Administração, da existência, nos Municípios em que esses serviços, empresas, autarquias ou sociedades de economia mista tenham sede, de

técnicos legalmente habilitados, em número suficiente para o atendimento nas funções que lhes são próprias.

**Art. 21** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 22** - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 9 de setembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H.Castelo Branco

Arnaldo Sussekind

ANEXO 5

(LEI nº 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da educação)



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**

[Vide Adin 3324-7, de 2005](#)

[Vide Decreto nº 3.860, de 2001](#)

[Vide Lei nº 12.061, de 2009](#)

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I**

**Da Educação**

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

**TÍTULO II**

**Dos Princípios e Fins da Educação Nacional**

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;



II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

### TÍTULO III

#### Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

~~II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;~~

II - universalização do ensino médio gratuito; ([Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009](#))

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. [\(Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008\).](#)

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§ 1º Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:

I - recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no *caput* deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

~~Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental.~~

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental. ([Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005](#))

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

## TÍTULO IV

### Da Organização da Educação Nacional

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: ([Regulamento](#))

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

~~VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.~~

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; [\(Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009\)](#)

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. [\(Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003\)](#)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. [\(Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003\)](#)

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

~~VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.~~

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; [\(Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009\)](#)

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. [\(Incluído pela Lei nº 10.287, de 2001\)](#)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende:

I - as instituições de ensino mantidas pela União;

II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos federais de educação.

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;

II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;

III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:

I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;

II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III – os órgãos municipais de educação.

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: [\(Regulamento\)](#)

I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: [\(Regulamento\)](#)

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

~~II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;~~  
~~II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos;~~

~~que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade;~~ [\(Redação dada pela Lei nº 11.183, de 2005\)](#)

II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; [\(Redação dada pela Lei nº 12.020, de 2009\)](#)

III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV - filantrópicas, na forma da lei.

## TÍTULO V

### Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

#### CAPÍTULO I

##### Da Composição dos Níveis Escolares

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

#### CAPÍTULO II

##### DA EDUCAÇÃO BÁSICA

##### Seção I

##### Das Disposições Gerais

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.



§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

IV - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VII - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

~~§ 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.~~

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. [\(Redação dada pela Lei nº 12.287, de 2010\)](#)

~~§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.~~

~~§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos. [\(Redação dada pela Lei nº 10.328, de 12.12.2001\)](#)~~

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: [\(Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\)](#)

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; [\(Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\)](#)

II – maior de trinta anos de idade; [\(Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\)](#)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; [\(Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\)](#)

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; [\(Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\)](#)

V – ~~(VETADO)~~ [\(Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\)](#)

VI – que tenha prole. [\(Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\)](#)

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 11.769, de 2008\)](#)

~~Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. [\(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003\)](#)~~

~~§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. [\(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003\)](#)~~

~~§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. [\(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003\)](#)~~

~~§ 3º **(VETADO)** [\(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003\)](#)~~

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. [\(Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008\).](#)

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social,

econômica e política, pertinentes à história do Brasil. [\(Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008\).](#)

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. [\(Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008\).](#)

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

## Seção II

### Da Educação Infantil

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

### Seção III

#### Do Ensino Fundamental

~~Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:~~

~~Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante: [\(Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005\)](#)~~

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: [\(Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006\)](#)

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. [\(Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007\).](#)

~~Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:~~

~~I – confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou~~

~~II – interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.~~

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. ([Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997](#))

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso."

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

#### Seção IV

#### Do Ensino Médio

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio. [\(Incluído pela Lei nº 11.684, de 2008\)](#)

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

~~III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.~~ [\(Revogado pela Lei nº 11.684, de 2008\)](#)

~~§ 2º O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.~~ [\(Regulamento\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

§ 3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

~~§ 4º A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.~~ [\(Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

#### Seção IV-A

Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio  
[\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

I - articulada com o ensino médio; [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar: [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do **caput** do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)



c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

## Seção V

### Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

## CAPÍTULO III

## DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

### Da Educação Profissional e Tecnológica ([Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

~~Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. ([Regulamento](#))~~

~~Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.~~

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. ([Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

II – de educação profissional técnica de nível médio; ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. ([Regulamento](#))

~~Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. ([Regulamento](#))~~

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. [\(Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

~~Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional. [\(Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)~~

~~Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. [\(Regulamento\)](#)~~

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. [\(Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

## CAPÍTULO IV

### DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: [\(Regulamento\)](#)

~~I – cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;~~

I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; [\(Redação dada pela Lei nº 11.632, de 2007\).](#)

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Parágrafo único. Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do **caput** deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital. [\(Incluído pela Lei nº 11.331, de 2006\)](#)

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. [\(Regulamento\)](#)

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento. [\(Regulamento\)](#)

§ 2º No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

§ 2º Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

§ 3º É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.

§ 4º As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

Art. 49. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Parágrafo único. As transferências *ex officio* dar-se-ão na forma da lei. ([Regulamento](#))

Art. 50. As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

Art. 51. As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: [\(Regulamento\)](#)

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber. [\(Regulamento\)](#)

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; [\(Regulamento\)](#)

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII - firmar contratos, acordos e convênios;

VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

- I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;
- II - ampliação e diminuição de vagas;
- III - elaboração da programação dos cursos;
- IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;
- V - contratação e dispensa de professores;
- VI - planos de carreira docente.

Art. 54. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

- I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;
- II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;
- III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;
- IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;
- V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;
- VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;
- VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

§ 2º Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas. [\(Regulamento\)](#)

## CAPÍTULO V

### DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;



IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

## TÍTULO VI

### Dos Profissionais da Educação

~~Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: [\(Regulamento\)](#)~~

~~I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;~~  
~~II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.~~

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: [\(Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; [\(Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; [\(Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. [\(Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: [\(Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; ([Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009](#))

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; ([Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009](#))

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. ([Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009](#))

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. ([Regulamento](#))

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. ([Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009](#)).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. ([Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009](#)).

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. ([Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009](#)).

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão: ([Regulamento](#))

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.

Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. [\(Renumerado pela Lei nº 11.301, de 2006\)](#)

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. [\(Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006\)](#)

## TÍTULO VII

### Dos Recursos financeiros

Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;

III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;

IV - receita de incentivos fiscais;

V - outros recursos previstos em lei.

Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não será considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Serão consideradas excluídas das receitas de impostos mencionadas neste artigo as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária de impostos.

§ 3º Para fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos estatuídos neste artigo, será considerada a receita estimada na lei do orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

§ 4º As diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada trimestre do exercício financeiro.

§ 5º O repasse dos valores referidos neste artigo do caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá imediatamente ao órgão responsável pela educação, observados os seguintes prazos:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês subsequente.

§ 6º O atraso da liberação sujeitará os recursos a correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;

IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;

VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 72. As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 73. Os órgãos fiscalizadores examinarão, prioritariamente, na prestação de contas de recursos públicos, o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na legislação concernente.

Art. 74. A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade.

Parágrafo único. O custo mínimo de que trata este artigo será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subsequente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.

Art. 75. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino.

§ 1º A ação a que se refere este artigo obedecerá a fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

§ 2º A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade.

§ 3º Com base nos critérios estabelecidos nos §§ 1º e 2º, a União poderá fazer a transferência direta de recursos a cada estabelecimento de ensino, considerado o número de alunos que efetivamente freqüentam a escola.

§ 4º A ação supletiva e redistributiva não poderá ser exercida em favor do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios se estes oferecerem vagas, na área de ensino de sua responsabilidade, conforme o inciso VI do art. 10 e o inciso V do art. 11 desta Lei, em número inferior à sua capacidade de atendimento.

Art. 76. A ação supletiva e redistributiva prevista no artigo anterior ficará condicionada ao efetivo cumprimento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios do disposto nesta Lei, sem prejuízo de outras prescrições legais.

Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II - apliquem seus excedentes financeiros em educação;

III - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;

IV - prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de

recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.

## TÍTULO VIII

### Das Disposições Gerais

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

Art. 79-A. [\(VETADO\) \(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003\)](#)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. [\(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003\)](#)

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. [\(Regulamento\)](#)

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Art. 81. É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições desta Lei.

~~Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição.~~

~~Parágrafo único. O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica. [\(Revogado pela nº 11.788, de 2008\)](#)~~

Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria. [\(Redação dada pela Lei nº 11.788, de 2008\)](#)

Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

Art. 84. Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.

Art. 85. Qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de seis anos,



ressalvados os direitos assegurados pelos arts. 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 86. As instituições de educação superior constituídas como universidades integrar-se-ão, também, na sua condição de instituições de pesquisa, ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da legislação específica.

## TÍTULO IX

### Das Disposições Transitórias

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

~~§ 2º O Poder Público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para os grupos de sete a quatorze e de quinze a dezesseis anos de idade.~~

§ 2º O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a 16 (dezesseis) anos de idade. [\(Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006\)](#)

~~§ 3º Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá:~~

~~I — matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no ensino fundamental;~~

~~I — matricular todos os educandos a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental, atendidas as seguintes condições no âmbito de cada sistema de ensino: [\(Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005\)](#)~~

~~a) plena observância das condições de oferta fixadas por esta Lei, no caso de todas as redes escolares; [\(Incluída pela Lei nº 11.114, de 2005\)](#)~~

~~b) atingimento de taxa líquida de escolarização de pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) da faixa etária de sete a quatorze anos, no caso das redes escolares públicas; e [\(Incluída pela Lei nº 11.114, de 2005\)](#)~~

~~c) não redução média de recursos por aluno do ensino fundamental na respectiva rede pública, resultante da incorporação dos alunos de seis anos de idade; [\(Incluída pela Lei nº 11.114, de 2005\)](#)~~

§ 3º O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem: [\(Redação dada pela Lei nº 11.330, de 2006\)](#)

I – matricular todos os educandos a partir dos 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental; [\(Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006\)](#)

a) (Revogado) [\(Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006\)](#)

b) (Revogado) [\(Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006\)](#)

c) (Revogado) [\(Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006\)](#)

II - prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância;

IV - integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar.

§ 4º Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

§ 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

§ 6º A assistência financeira da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a dos Estados aos seus Municípios, ficam condicionadas ao cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e dispositivos legais pertinentes pelos governos beneficiados.

Art. 88. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptarão sua legislação educacional e de ensino às disposições desta Lei no prazo máximo de um ano, a partir da data de sua publicação. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º As instituições educacionais adaptarão seus estatutos e regimentos aos dispositivos desta Lei e às normas dos respectivos sistemas de ensino, nos prazos por estes estabelecidos.

§ 2º O prazo para que as universidades cumpram o disposto nos incisos II e III do art. 52 é de oito anos.

Art. 89. As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino.

Art. 90. As questões suscitadas na transição entre o regime anterior e o que se institui nesta Lei serão resolvidas pelo Conselho Nacional de Educação ou, mediante delegação deste, pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino, preservada a autonomia universitária.

Art. 91. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 92. Revogam-se as disposições das [Leis nºs 4.024, de 20 de dezembro de 1961](#), e [5.540, de 28 de novembro de 1968](#), não alteradas pelas [Leis nºs 9.131, de 24 de novembro](#)

[de 1995](#) e [9.192, de 21 de dezembro de 1995](#) e, ainda, as [Leis nºs 5.692, de 11 de agosto de 1971](#) e [7.044, de 18 de outubro de 1982](#), e as demais leis e decretos-lei que as modificaram e quaisquer outras disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Paulo Renato Souza*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.12.1996